

Convergência

SETEMBRO 2016

ANO LI • Nº 494

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil – CRB

ISSN 0010-8162



CRB

Convergência ISSN 0010-8162

DIRETORA: Irmã Maria Inês Ribeiro, mad
EDITOR: Irmão Lauro Daros, fms
REDATORA: Irmã Rosa Maria Martins Silva, mscs – MTb 0010693/DF

CONSELHO EDITORIAL: Frei Moacir Casagrande, ofmcap
Irmã Helena Teresinha Rech, sst
Irmã Vera Ivanise Bombonato, fsp
Jaldemir Vitório, sj
João Edênio Valle, svd

PROJETO GRÁFICO: Manuel Rebelato Miramontes
COORDENAÇÃO DE REVISÃO: Marina Mendonça
REVISÃO: Mônica Elaine G. S. Costa
IMPRESSÃO: Gráfica de Paulinas Editora
ILUSTRAÇÃO DA CAPA: Sergio Ceron

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

SDS, Bloco H, n. 26, sala 507 – Ed. Venâncio II
70393-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3226-5540 - Fax: (61) 3225-3409

E-mail: crb@crbnacional.org.br

www.crbnacional.org.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

Sumário

Editorial

Alegria do Amor 573

Mensagem do Papa

Amoris Laetitia 575

Rosto de Misericórdia

Irmãos e irmãs de criação!
Reciprocidade, solidariedade e gratuidade 578

Mártires / santos

Helder Camara: dom de Deus para os pobres 589

Informe

Mensagem da CBJP e da JPIC 599

Artigos

Ser elegante, dentro de casa!
IRMÃ ANNETTE HAVENNE 601

Ousemos acreditar e alegremo-nos!
A misericórdia de Deus ultrapassa
a nossa compreensão!
TOMAZ HUGHES 608

Sobre Marx, Piketty e os lírios do campo
PE. NICOLAU JOÃO BAKKER 618

Francisco: timoneiro da esperança
O projeto de uma Igreja em saída
e suas contradições
PAULO SUESS 632

No dia 8 de abril de 2016, o Papa Francisco publicou *Amoris Laetitia*, “Alegria do Amor”, Exortação Apostólica sobre a família. No sexto parágrafo da Introdução, o Papa explica: “No desenvolvimento do texto, começarei por uma abertura inspirada na Sagrada Escritura, que lhe dê o tom adequado. A partir disso, considerarei a situação atual das famílias, para manter os pés assentes na terra. Depois lembrarei alguns elementos essenciais da doutrina da Igreja sobre o matrimônio e a família, seguindo-se os dois capítulos centrais, dedicados ao amor. Em seguida destacarei alguns caminhos pastorais que nos levem a construir famílias sólidas e fecundas segundo o plano de Deus, e dedicarei um capítulo à educação dos filhos. Depois me deterei em um convite à misericórdia e ao discernimento pastoral perante situações que não correspondem plenamente ao que o Senhor nos propõe; e, finalmente, traçarei breves linhas de espiritualidade familiar”.

A seção Rosto de Misericórdia traz o texto “Irmãos e irmãs de criação! Reciprocidade, solidariedade e gratuidade: aprender a cuidar da Casa Comum com os povos indígenas da Amazônia”. Os autores nos dizem que “os povos indígenas da Amazônia nos ensinam a cuidar de quatro relações fundamentais: cuidar de nós mesmos, dos outros iguais, dos outros seres diferentes da natureza, do planeta e do cosmos, e, assim, cuidar de nossa relação profunda com Deus, o Deus da Vida presente em toda sua criação”.

A seção Mártires/Santos candidatos aos altares apresenta Dom Helder. Pe. Ivanir A. Rampon, com o texto “Helder Camara: dom de Deus para os pobres”, escreve que ele

“buscou e viveu profundamente a santidade. É provável que nos próximos anos seu nome conste no cânon romano”.

Realizou-se, nos dias 29 de abril a 1^o de maio de 2016, o Encontro de Justiça, Paz e Integridade da Criação, em Brasília – DF. O evento foi uma Aliança estabelecida entre as comissões de Justiça e Paz da CNBB (CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz) e a CRB (JPIC – Justiça, Paz e Integridade da Criação). A seção Informe publica a mensagem do Evento.

A seção Artigos inicia-se com o texto de Irmã Annette: “Ser elegante, dentro de casa!”. Esclarece ela: “Convidada a contribuir, neste mês de setembro, com uma reflexão a partir de uma parábola da misericórdia, decidi sair um pouco dos trilhos e refletir sobre a elegância”. A autora desdobra toda a riqueza do conceito de elegância, costurando suas harmônicas humanas e evangélicas.

Outro texto para o mês da Bíblia é do Pe. Tomaz Hughes: “Ousemos acreditar e alegremo-nos! A misericórdia de Deus ultrapassa a nossa compreensão!”. Trata do tema da misericórdia em Lucas. Para o autor, “dentro do conjunto dos escritos bíblicos, talvez seja o Evangelho de Lucas que mais chame a atenção ao aspecto da misericórdia e compaixão do Pai, manifestado na pessoa, pregação e ação de Jesus”.

Pe. Nicolau João Bakker, no livro “Sobre Marx, Piketty e os lírios do campo”, faz um paralelo entre Marx e Piketty. Informa o autor que “Marx dispensa apresentação, mas Piketty, para o público da Igreja em geral, ainda é um tanto desconhecido. Precisamos apresentá-lo brevemente. Trata-se de um economista francês que, em 2013, publicou o surpreendente livro *O capital no século XXI*, que, imediatamente, se tornou o *best-seller* do ano”.

Paulo Suess oferece o texto “Francisco: timoneiro da esperança. O projeto de uma Igreja em saída e suas contradições”. Expressa Suess: “O projeto do Papa Francisco é configurado por discursos, gestos e práticas de diálogo. A seguir vou elencar sete eixos desse projeto que realçam uma nova atratividade do Evangelho para o mundo de hoje”.

Ir. Lauro Daros, marista

No dia 8 de abril de 2016 foi publicada *Amoris Laetitia*, Exortação Apostólica do Papa Francisco sobre a família. *Amoris Laetitia* significa “Alegria do Amor”. É um texto de nove capítulos. O Papa escreve que “em cada país ou região, é possível buscar soluções mais inculturadas, atentas às tradições e aos desafios locais. De fato, as culturas são muito diferentes entre si e cada princípio geral [...], se quiser ser observado e aplicado, precisa ser inculturado”.

Abaixo, os primeiros 7 parágrafos, que constituem a introdução da Exortação Apostólica.

1. *A alegria do amor* que se vive nas famílias é também o júbilo da Igreja. Apesar dos numerosos sinais de crise no matrimônio – como foi observado pelos Padres sinodais –, “o desejo de família” permanece vivo, especialmente entre os jovens, e isto incentiva a Igreja. Como resposta a este anseio, “o anúncio cristão sobre a família é verdadeiramente uma boa notícia”.

2. O caminho sinodal permitiu analisar a situação das famílias no mundo atual, alargar a nossa perspectiva e reavivar a nossa consciência sobre a importância do matrimônio e da família. Ao mesmo tempo, a complexidade dos temas tratados mostrou-nos a necessidade de continuar a aprofundar, com liberdade, algumas questões doutrinárias, morais, espirituais e pastorais. A reflexão dos pastores e teólogos, se for fiel à Igreja, honesta, realista e criativa, ajudar-nos-á a alcançar uma maior clareza. Os debates, que têm lugar nos meios de comunicação ou em publicações e mesmo entre ministros da Igreja, estendem-se desde o desejo desenfreado de mudar tudo sem suficiente reflexão ou fundamentação

até à atitude que pretende resolver tudo através da aplicação de normas gerais ou deduzindo conclusões excessivas de algumas reflexões teológicas.

3. Recordando que o tempo é superior ao espaço, quero reiterar que nem todas as discussões doutrinárias, morais ou pastorais devem ser resolvidas através de intervenções magisteriais. Naturalmente, na Igreja, é necessária uma unidade de doutrina e práxis, mas isto não impede que existam maneiras diferentes de interpretar alguns aspectos da doutrina ou algumas consequências que decorrem dela. Assim há de acontecer até que o Espírito nos conduza à verdade completa (cf. Jo 16,13), isto é, quando nos introduzir perfeitamente no mistério de Cristo e pudermos ver tudo com o seu olhar. Além disso, em cada país ou região, é possível buscar soluções mais inculturadas, atentas às tradições e aos desafios locais. De fato, “as culturas são muito diferentes entre si e cada princípio geral [...], se quiser ser observado e aplicado, precisa de ser inculturado”.

4. Em todo caso, devo dizer que o caminho sinodal se revestiu de grande beleza e proporcionou muita luz. Agradeço tantas contribuições que me ajudaram a considerar, em toda a sua amplitude, os problemas das famílias do mundo inteiro. O conjunto das intervenções dos Padres, que ouvi com atenção constante, pareceu-me um precioso poliedro, formado por muitas preocupações legítimas e questões honestas e sinceras. Por isso, considerei oportuno redigir uma Exortação Apostólica pós-sinodal que recolha contribuições dos dois Sínodos recentes sobre a família, acrescentando outras considerações que possam orientar a reflexão, o diálogo ou a práxis pastoral, e simultaneamente ofereçam coragem, estímulo e ajuda às famílias na sua doação e nas suas dificuldades.

5. Esta Exortação adquire um significado especial no contexto deste Ano Jubilar da Misericórdia, em primeiro lugar, porque a vejo como uma proposta para as famílias cristãs, que as estimule a apreciar os dons do matrimônio e da família e a manter um amor forte e cheio de valores como a generosidade, o compromisso, a fidelidade e a paciência; em

segundo lugar, porque se propõe encorajar todos a serem sinais de misericórdia e proximidade para a vida familiar, onde esta não se realize perfeitamente ou não se desenrole em paz e alegria.

6. No desenvolvimento do texto, começarei por uma abertura inspirada na Sagrada Escritura, que lhe dê o tom adequado. A partir disso, considerarei a situação atual das famílias, para manter os pés assentes na terra. Depois lembrarei alguns elementos essenciais da doutrina da Igreja sobre o matrimônio e a família, seguindo-se os dois capítulos centrais, dedicados ao amor. Em seguida destacarei alguns caminhos pastorais que nos levem a construir famílias sólidas e fecundas segundo o plano de Deus, e dedicarei um capítulo à educação dos filhos. Depois me deterei em um convite à misericórdia e ao discernimento pastoral perante situações que não correspondam plenamente ao que o Senhor nos propõe; e, finalmente, traçarei breves linhas de espiritualidade familiar.

7. Devido à riqueza que os dois anos de reflexão do caminho sinodal ofereceram, esta Exortação aborda, com diferentes estilos, muitos e variados temas. Isto explica a sua inevitável extensão. Por isso, não aconselho uma leitura geral apressada. Poderá ser de maior proveito, tanto para as famílias como para os agentes de pastoral familiar, aprofundar pacientemente uma parte de cada vez ou procurar nela aquilo de que precisam em cada circunstância concreta. É provável, por exemplo, que os esposos se identifiquem mais com o quarto e quinto capítulo, que os agentes pastorais tenham especial interesse pelo capítulo sexto, e que todos se sintam muito interpelados pelo oitavo. Espero que cada um, através da leitura, se sinta chamado a cuidar com amor da vida das famílias, porque elas “não são um problema, são sobretudo uma oportunidade”.

Irmãos e irmãs de criação! Reciprocidade, solidariedade e gratuidade

Aprender a cuidar da Casa Comum
com os povos indígenas da Amazônia

O Papa Francisco lançou em 2015 a Encíclica *Laudato Si'* (LS) “sobre o cuidado da Casa Comum” e declarou 2016 como o Ano da Misericórdia. A Campanha da Fraternidade deste ano tem por tema “Casa Comum, nossa responsabilidade” e por lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”, citando o profeta Amós (5,24).

Todas estas iniciativas eclesiais nos encorajam para comprometer nosso coração, vida e missão, profeticamente, com a defesa da vida de todos os seres e com o cuidado da “Casa Comum”. Provocam-nos a um compromisso mais afetivo, efetivo, consciente e urgente com a “Mãe Terra” e o “Bem Viver” – em categorias indígenas –, especialmente ali onde as feridas estão mais abertas e a vida mais ameaçada.

“Qual é hoje a nossa missão comum e profética com a Amazônia e seus povos?”, perguntava nossa mártir profetiza Ir. Dorothy Stang, assassinada no dia 12/02/2005 em Anapu (PA).

A etimologia da palavra “misericórdia” vem do latim: *miseratio* (compaixão) + *cordis* (coração). Assim, pode-se entender literalmente misericórdia como “coração compadecido”, “coração cuidadoso” com a necessidade do pobre, do próximo necessitado. A misericórdia é um termo amplo que se refere a benevolência, perdão e bondade em uma variedade de contextos éticos, religiosos, sociais, legais, e hoje podemos ampliar seu horizonte ao contexto da “ecologia integral” que nos propõe o Papa Francisco na *Laudato Si'* sobre o cuidado da Casa Comum.

As florestas tropicais são órgãos vitais do planeta. Elas representam 6% da superfície da Terra e concentram 70% das espécies conhecidas. Do total dos bosques primários no planeta, a Amazônia tem 34%, a bacia do Congo 8% e as florestas tropicais da Malásia 22%. A investigação científica aponta que, de cada três seres vivos conhecidos, um está na Pan-Amazônia (1/3 da biodiversidade do planeta). E os pesquisadores afirmam que 1/5 (20%) da água doce do mundo (não congelada) concentra-se na Amazônia, isto é, de cada cinco copos de água que um ser humano do planeta bebe, um vem da Amazônia.

No bioma amazônico habitam cerca de 400 povos indígenas. Somam uma população de 3 milhões, falam umas 250 línguas diferentes pertencentes a 50 famílias linguísticas principais. A enorme biodiversidade da Pan-Amazônia tem gerado uma grande sociodiversidade. Estes povos indígenas, com suas cosmovisões holísticas e culturas de reciprocidade, são os guardiões da floresta.

Por isso, a Amazônia e seus povos indígenas são fundamentais, são fontes de sabedoria milenar de reciprocidade e cuidado, de justiça socioambiental com a humanidade, o planeta e o cosmos. Esta região é um “órgão vital” que regula o equilíbrio sistêmico do planeta e assegura o futuro da humanidade. Assim o afirmam os bispos da Conferência Episcopal Latino-Americana e Caribenha no Documento de Aparecida (2007):

Criar nas Américas consciência sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade. Estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum (DAP, 475).

Na *Laudato Si'* (2015) o papa Francisco insiste nesta importância estratégica das florestas tropicais e denuncia

a disputa violenta pelo controle destes territórios e seus recursos naturais por parte das grandes potências e do grande capital:

Mencionemos, por exemplo, os pulmões do planeta repletos de biodiversidade que são a Amazônia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares. A importância destes lugares para o conjunto do planeta e para o futuro da humanidade não se pode ignorar. Os ecossistemas das florestas tropicais possuem uma biodiversidade de enorme complexidade, quase impossível de conhecer completamente, mas quando estas florestas são queimadas ou derrubadas para desenvolver cultivos, em poucos anos perdem-se inúmeras espécies, ou tais áreas transformam-se em áridos desertos. Todavia, ao falar sobre estes lugares, impõe-se um delicado equilíbrio, porque não é possível ignorar também os enormes interesses econômicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles, podem atentar contra as soberanias nacionais. Com efeito, há “propostas de internacionalização da Amazônia que só servem aos interesses econômicos das corporações internacionais” (LS, 38).

Uma imagem que tem percorrido o mundo e ganhado prêmios internacionais é a da mulher Awá-Guajá amamentando um filhote de porco do mato (queixada). Foi tomada pelo fotógrafo Pisco del Gaiso em 1992, na sua visita ao povo Awá-Guajá da família linguística Tupi-Guarani que habita a Amazônia Brasileira, no Maranhão. Na atualidade, a população Guajá é de 500 pessoas, das quais se estima que cerca de 25 vivam isoladas e não querem contato com a sociedade envolvente. O território dos Awá-Guajá está demarcado, porém sofre grandes pressões devido às madeiras, fazendas e agronegócio que desmataram todas as terras circundantes a seus territórios e continuamente invadem, inclusive, as áreas demarcadas para extrair madeira ilegalmente.

A Deusa que nos cuida e amamenta!



Os dados mais recentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) apresentam 105 referências de indígenas isolados no Brasil, majoritariamente espalhados pela Amazônia. Na Pan-Amazônia a estimativa é de cerca de 145 povos isolados e no mundo uns 165. O isolamento destes povos é devido à violência histórica sofrida, infringida pela “sociedade ocidental civilizada”,

com seu modelo capitalista depredador de desenvolvimento. O Brasil é o país do mundo com maior número de grupos humanos isolados. Isto é uma grande responsabilidade! O Papa Francisco adverte: “O desaparecimento de uma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal” (LS, 145).

O que desperta em nós esta imagem da mulher Awá-Gua-já amamentando um porquinho do mato? O que ela movimenta em nossas entranhas mais profundas ao contemplá-la? O que “coraçona-razona” o nosso coração-razão ao deixar-nos tocar por ela? Nesta imagem está contida, de forma impactante e sintética, a proposta profética e reiterativa da *“Laudato Si” sobre o cuidado da Casa Comum*! *Tudo está conectado!* (LS: 16, 42, 91, 117, 138, 240 etc.). Todos e todas estamos profundamente conectados/as. Todos os seres do mundo são “irmãos e irmãs de criação” (Papa Francisco).

A imagem fala forte em muitos sentidos. A mulher está “nua” – livre – igual à criança e ao porquinho. Ela fica de cócoras e com um joelho apoiado na terra. Em atitude terna, simples e humilde de acolhida e adoração, de respeito ante o mistério grandioso da vida. Olha para o porquinho, não para seu filho. Está concentrada no pequeno animal. Ele é o mais frágil e débil neste momento. A mulher não pega o porquinho e o levanta para amamentá-lo, ficando ela em pé comodamente. Ela facilita que o porquinho se sinta cômodo e seguro. Ela desce ao encontro do mais frágil. Ele

fica com duas patas na terra e as outras na coxa de sua “mãe de leite”, que com cuidado o assegura com a mão direita. Tranquilamente ele mama. Sente-se protegido e cuidado pela “mãe” que o alimenta. O rosto da mulher não aparece, está concentrado no seu novo “filhote”; atenta ao mais frágil e necessitado. Ele é o centro da cena. A mulher, com o braço esquerdo, assegura seu filho. A criança também está tranquila e segura. Não estranha o gesto da mãe amamentando o porquinho. Não fica com ciúme, nem disputando com seu “irmão de leite” o apreciado manjar. Essa partilha com os outros irmãos e irmãs de criação forma parte do cotidiano da vida... A criança aprende, desde muito pequena, a partilhar até o mais sagrado para ela naquela etapa de vida, o leite materno. Aprende a partilhar que todos os seres são “irmãos e irmãs de leite”. Por volta está a floresta, a “Casa Comum”. A criança observa. Aprende com o testemunho da mãe que todos os seres que nela habitam estão profundamente interligados. Que uns necessitam dos outros. Que um não pode ser, nem existir, sem os outros. Que na Casa Comum ninguém sobra. Que cada ser, por mais insignificante que pareça, é precioso em si mesmo por ser criatura de Deus (LS, 140).

Investigações antropológicas apontam que os povos que nascem em regiões desérticas ou semidesérticas, como, por exemplo, o povo judeu, têm associada e reforçada uma imagem masculina de Deus. A oração que o povo semita faz ante a terra seca é: “Derrama, Senhor, a chuva sobre a terra para que ela fecunde e dê frutos!”. Ao contrário, os povos que nascem nas florestas tropicais têm uma imagem feminina de Deus. Um Deus mulher, Deusa, que acolhe, protege e amamenta diariamente todos os seus filhos e filhas, todos os seres que habitam em seu seio, no “útero da floresta”. Se o povo conhece os ciclos da floresta e do rio, do peixe, das frutas, dos animais etc., cada dia a floresta e o rio lhe oferecem aquilo que necessita, o amamentam e alimentam com seus frutos. Se ele respeita e cuida da floresta e do rio, sem ser ambicioso e sem explorar mais do que necessita, a floresta e o rio lhe

darão generosamente ao dia seguinte o que precisa para continuar o ciclo da vida. Neste ponto os povos indígenas são muito sábios! Eles sabem administrar e cuidar dessa “economia da abundância” que a Mãe Terra generosamente lhes oferece. Conta Fernando López:

Na minha experiência, a primeira vez que vi uma cena como da mulher Awá-Guajá foi com o povo Aché Guarani do Paraguai, na aldeia Chupapoy (1988). Uma mulher ia para o rio com um pote de barro na cabeça e com seu filhinho pendurado numa tipoia junto aos peitos. Dois pequenos filhotes de porco-do-mato seguiam a mulher. Fiquei encantado. A mulher carregou água no rio e voltou para sua casa. Os porquinhos voltaram com ela. Descarregou o pote e se ajoelhou para amamentar os porquinhos. Quando vi aquele gesto, meu encanto se quebrou. Exclamei espontaneamente: “Que selvagens são!”. Hoje, 28 anos depois, tenho a certeza de que o selvagem sou eu! Sou eu quem tem que aprender com os povos indígenas o caminho da reciprocidade e do cuidado com a Casa Comum e com todos os seres que nela habitamos como irmãos e irmãs de criação!

É muito normal encontrar estas cenas entre os povos amazônicos: mulheres que amamentam filhotes de macacos, veados, porcos do mato, antas etc. Andando pelas aldeias, sempre encontramos cenas maternas comoventes como estas.

O que aconteceu em todos estes casos? Quando se pergunta às mulheres em guarani: “*mba’erepa remokambu ichupe?*” – “Por que o amamenta?” –, elas com naturalidade respondem sempre com uma história parecida: “Os caçadores saíram cedo, antes do amanhecer. Nas primeiras horas do dia não encon-

Este princípio de reciprocidade basilar universal está profundamente enraizado e entranhado nos povos indígenas. Especialmente em aqueles povos com menos contato com a cultura ocidental envolvente. Ao contrário, esta reciprocidade primordial está profundamente quebrada no Ocidente. Assim o afirma o Papa Francisco (LS, 202):

Muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa mudar. Falta a consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado por todos. Esta consciência basilar permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida. Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração.

O sistema capitalista rompeu o princípio de reciprocidade entre os seres da criação ao mercantilizar tudo e colocar o ídolo dinheiro como centro e valor absoluto. “Não se pode servir a dos senhores” – denunciou Jesus –, “não se pode servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24).

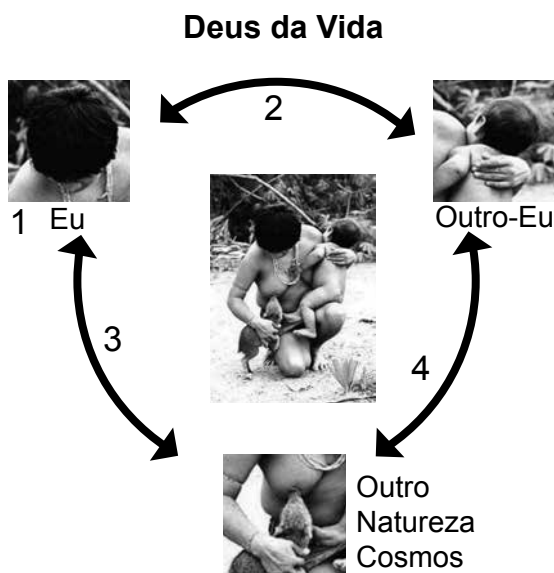
Os povos indígenas são experiências milenares de cuidado recíproco da Casa Comum, de Bom Viver e Bom Conviver com todos os seres que habitam o universo. Deles pode o Ocidente reaprender este caminho de sabedoria. Os povos indígenas não são teoria social, eles são experiências vivas de outros modos de relação e convívio com os seres da Casa Comum.

As relações de reciprocidade e cuidado dos povos indígenas levantam um questionamento muito profundo a nossa sociedade ocidental, onde se fomenta muito o valor da solidariedade, porém sem uma cultura da reciprocidade no cotidiano da vida. Igualmente pode ocorrer dentro da própria Igreja. Falamos muito do valor da gratuidade e o vivemos algumas vezes, porém no cotidiano da vida não somos gratuitos. Uma solidariedade e gratuidade que não se fundamentam numa atitude e cultura cotidiana da reciprocidade podem ser pura ideologia que justifica nosso consumismo desenfreado e depredador e que mantém a injustiça do atual sistema. A reciprocidade e o cuidado são

a base em que se sustenta uma verdadeira solidariedade, gratuidade e misericórdia.

Os povos indígenas da Amazônia nos ensinam a cuidar de quatro relacionalidades fundamentais: de nós mesmos, dos outros iguais, dos outros seres diferentes da natureza, do planeta e do cosmos; e assim cuidar de nossa relação profunda com Deus, o Deus da Vida presente em toda sua criação.

Quatro relacionamentos fundamentais no cuidado da Casa Comum



Os povos indígenas nos ensinam a restabelecer uma sadia e sustentável relação entre Ecologia, Política e Economia dentro da Casa Comum que partilhamos com os outros seres criados. No atual modelo de desenvolvimento imposto no Ocidente, a economia se impõe determinando o político e subordinando o ecológico. Este modelo de “ditadura do capital” é depredador e suicida. Por outro lado, é falsa a proposta daqueles que sustentam a ideia de que ecologia, política e economia estão no mesmo nível de importância e em relação de igualdade. A relação que os indígenas vivem,

há milhares de anos, e que demonstra de modo irrefutável sua sustentabilidade é: no “útero da ecologia” (Casa Comum), no mundo de recursos limitados é que devem ser construídos os projetos políticos viáveis que busquem o bem comum de todos os seres que habitam o planeta; e a economia, entendida como “administração da casa”, deve estar a serviço e subordinada ao bem comum (política), dentro das possibilidades e limites da Casa Comum (ecologia).

Em outras palavras: dentro do “útero da ecologia”, dos recursos limitados da Terra, de suas possibilidades e limites, é que se dão os distintos projetos políticos sustentáveis, aos quais a economia deve subordinar-se e estar a seu serviço. Por último, na cosmovisão indígena o mistério da vida no “útero ecológico” está gerada, vivificada e custodiada pelo(s) Espírito(s)!

O útero da ecologia: três paradigmas relacionais entre economia-política-ecologia



Não é por acaso que a Igreja procura reconhecer seus erros históricos na sua relação com os povos indígenas do continente Ameríndio, *Abya Yala* (“Terra Madura” em língua Kuna), e que também reconheça hoje e valorize profundamente o dom destes povos. No Documento de Aparecida (2007) os bispos latino-americanos agradecem: “A Igreja valoriza especialmente os indígenas por seu respeito à natureza e pelo amor à Mãe Terra como fonte de alimento, Casa Comum e altar do compartilhar humano” (DAP 472).

Na *Laudato Si'* o Papa Francisco anuncia a boa-nova dos povos indígenas e denuncia os grandes projetos que não respeitam a vida destes povos e da Casa Comum que habitam:

Neste sentido, é indispensável prestar uma atenção especial às comunidades aborígenes com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços. Com efeito, para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida. Em várias partes do mundo, porém, são objeto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projetos extrativos e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura (LS, 146).

Afirmava o profeta-mártir Ir. Vicente Cañas, SJ, antes de ser assassinado (06/04/1987) em Mato Grosso por defender a vida dos 97 Enawenê-Nawê (contatados por ele e Thomas Lisboa, SJ, em 1974) que sobravam, vítima da violência dos fazendeiros: “Entre os cristãos tradicionais é que se deve encontrar e descobrir algumas Sementes do Verbo. Entre os Enawenê-Nawê, verdadeiro restinho de Javé, essas sementes já produzem frutos de vida, de bem-aventurança”.

E como afirma hoje o Pe. Bartomeu Melia (antropólogo jesuíta especialista no mundo guarani e que morou com Vicente junto aos Enawenê-Nawê): “Estou cansado de ouvir que os povos indígenas são um empecilho para o desenvolvimento... Muito pelo contrário eles são ‘sementes milenares de solução’ e ‘fontes de esperança’ para muitos dos graves problemas que tem gerado o Ocidente com seu sistema capitalista predador de desenvolvimento!”.

A Amazônia e seus povos indígenas são fonte de vida, de sabedoria ancestral no cuidado da humanidade e do planeta! Os povos indígenas são sementes de solução milenárias e fontes de esperança para o Ocidente, para a humanidade e

1 Arizete Miranda Dinelly é indígena Sateré-Mawé. Pertence à Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho, é membro do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e fundadora da Equipe Itinerante (1998). Atualmente coordena um novo projeto itinerante na tríplice fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia, a serviço da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). E-mail da autora: arizete2013@gmail.com.

2 Raimunda Paixão Braga é indígena do alto rio Solimões. Leiga membro do CIMI, fundou o núcleo da Equipe Itinerante na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia (2004). Atualmente continua na Equipe Itinerante no núcleo de Manaus e colabora com a REPAM. E-mail da autora: raimundapaixao87@gmail.com.

3 Fernando López é jesuíta. Fundou a Equipe Itinerante (1998) e é membro do CIMI, atuando na equipe de “Índios em situação de isolamento”. Também colabora com a REPAM. E-mail do autor: jflopezperez@gmail.com.

o planeta. Esta visão indígena do “útero ecológico” é totalmente antagônica com o atual modelo capitalista imposto pela “ditadura econômica”. Nesta visão “uterina” da Mãe Terra, é que os povos indígenas vivem os sábios princípios do “bem-viver, bem-conviver”, da reciprocidade e do cuidado com todos os seres que na Casa Comum convivemos.

Esta perspectiva de vida mais indígena associa intrinsecamente uma espiritualidade mais conectada, holística e relacional: “Deus em todas as coisas e todas nele”, diria Inácio de Loyola. Ou na experiência espiritual de Francisco e Clara de Assis, que viviam a relação de irmandade com todas as criaturas: “irmão Sol, irmã Lua...”.

O Ocidente tem perdido este caminho de sabedoria. É urgente que, com a ajuda dos povos indígenas, o reencontre pelo bem e o futuro da humanidade e do planeta, para que nossos filhos e filhas, e os filhos de nossas filhas possam continuar a dança da vida na Casa Comum, nossa Mãe Terra!

Arizete Miranda Dinelly¹
Raimunda Paixão Braga²
Fernando López Pérez³

Helder Camara: dom de Deus para os pobres

589

[...] *Os fracos descobrem que eles se tornam
fortes e invencíveis à medida que
se encontram, que se unem,
não para pisar nos direitos dos outros,
mas para impedir
que pisem em seus direitos fundamentais,
que não são presentes
dos governos ou dos poderosos...
São um presente do Criador e Pai!*

(Dom Helder Camara, *Sinfonia dos dois mundos*).

Dom Helder buscou e viveu profundamente a santidade.¹ É provável que nos próximos anos seu nome conste no cânon romano. Aliás, temos boas notícias neste sentido. É que a Arquidiocese de Olinda e Recife enviou à Congregação da Causa dos Santos o pedido para abrir o processo de beatificação de Dom Helder. O aval da Santa Sé foi ratificado por meio de uma carta enviada pelo Prefeito da Congregação dos Santos, o Cardeal Angelo Amato, em menos de dez dias depois que o responsável pelo Dicastério confirmou o recebimento do pedido.

Isto é algo maravilhoso, ao menos por dois motivos: a) não houve bloqueio ao processo, como no caso do Bem-aventurado Dom Oscar Romero; b) o aval, normalmente, é dado depois de consultas aos diferentes Dicastérios, a fim de verificar se não há nada contra a ortodoxia da fé e a santidade do candidato registrado nos arquivos. Ora, de Dom Helder abundavam denúncias de grupos conservadores, integralistas, ligados à TFP, ao governo ditatorial brasileiro e outros.² O rápido aval para iniciar o processo de beatificação ajuda a

1 Ivanir Antonio Rampon, "Helder Camara: 'O Dom da Santidade' – A visão helderiana de santidade".

2 Ivanir Antonio Rampon, *Francisco e Helder: sintonia espiritual*, 24–25.

entender o quão ideologicamente injustas e maldosas eram as denúncias e as acusações ao Dom da Paz acolhidas em ambientes curiais, embora o Bem-aventurado Paulo VI, amigo espiritual de Dom Helder, tanto estimasse e estimulasse a atuação pastoral helderiana em prol da justiça, do amor, da verdade, da paz, da misericórdia...³

A seguir, apresentamos uma breve biografia de Dom Helder. Sobre o Dom, dá para escrever muito e de muitas maneiras. Por exemplo, no livro *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*,⁴ acompanhamos a sua caminhada espiritual desde a sua infância até a sua morte, percebendo quais foram as constantes de sua espiritualidade e os seus progressos, ou, em linguagem espiritual helderiana, as suas “conversões”, as “humilhações” sofridas e as “gentilezas do Senhor”. Além de acompanhar o caminho espiritual de Dom Helder, o próprio leitor daquela obra é desafiado a fazer o seu caminho espiritual com o Dom!

Infância e juventude

Dom Helder Camara nasceu no Ceará. Sua família, do ponto de vista econômico, pode ser definida como pobre. Porém, do ponto de vista cultural pode-se defini-la como classe média, uma vez que seu pai era jornalista, sua mãe professora, seus parentes próximos fizeram cursos superiores, quando grande parte da população cearense era analfabeta. A boa experiência humana, religiosa, cultural e espiritual vivida em sua família contribuiu muito para a sua vida cristã e sacerdotal. No Seminário da Prainha foi um líder entre seus colegas, destacando-se nos estudos, especialmente, em literatura. Muito apreciado pelos professores e reitores, logo após ordenado ocupou cargos de relevância na Arquidiocese de Fortaleza. Atuou, inclusive, como “Secretário de Educação” do Ceará, o que lhe acarretou problemas com o próprio governo, tornando-se um dos motivos para a sua despedida do Ceará e ingresso na Arquidiocese do Rio de Janeiro, onde foi recebido pelo Cardeal Leme como “mais uma preciosa esmeralda”.

3 Ivanir Antonio Rampon, *Paulo VI e Dom Helder Câmara: exemplo de uma amizade espiritual*.

4 Ivanir Antonio Rampon, *O caminho espiritual de Dom Helder Câmara*.

Militância integralista

591

Nos últimos anos de Seminário e no início de seu sacerdócio, Helder militou no integralismo brasileiro. Essa militância não deixou de ter traços agressivos, coercitivos e maniqueístas. Mais tarde, Helder chamou esta sua participação no integralismo de “pecado da juventude”. Para quem tinha aderido ao integralismo em nome de um futuro mais humano e católico e como forma de defesa contra o comunismo soviético, era humilhante admitir que os regimes totalitários de Hitler, Mussolini e outros instigavam perseguição terrorista e racista contra todos os opositores, além de alimentarem outra “guerra mundial”. O nazismo e o fascismo, que inspiraram o integralismo brasileiro, foram reconhecidos como manifestação da barbárie e da decadência, e não como possibilidade de luta contra o comunismo e o liberalismo burguês. Foi nesse período que Helder fez amizade com o grande líder do laicato brasileiro, Alceu Amoroso Lima, e este lhe indicou o livro *Humanismo integral*, de Jacques Maritain. Tal obra, que defende um catolicismo aberto e democrático, contrário a todas as formas de totalitarismos, “sacudiu” o pensamento do jovem sacerdote.

Desenvolvimento espiritual

Além disso, no Rio de Janeiro, ele teve um grande desenvolvimento espiritual, tendo o exemplo, o testemunho e a santidade de São Francisco de Assis como uma referência fundamental. Mergulhou no método e na mística da Ação Católica Especializada. O método ver-julgar-agir revelou-se eficaz na medida em que ajudava os jovens a refletir sobre a própria realidade, identificando os problemas, dando um juízo à base dos valores evangélicos e tomando decisões operativas para tornar o país mais cristão.⁵ Estas características serão constantes, a partir daí, na espiritualidade do então vice-presidente da Ação Católica Brasileira e futuro fundador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do Conselho Episcopal Latino-Americano.

5 Luiz Alberto Gómez de Souza, *A JUC: Os estudantes católicos e a política*, 63; Nelson Piletti; Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*, 165-166.

Bispo no Rio de Janeiro

Sendo muito dinâmico, participativo, carismático nas lições pastorais, o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, quis o Pe. Helder como seu Bispo Auxiliar. Helder foi ordenado Bispo em 1952 tendo por lema “Em Tuas Mãos” – moto que viveu com profundidade. Grande organizador do Congresso Eucarístico Internacional, acontecido no Rio de Janeiro (1955), foi desafiado “a coisas maiores”. Após o Congresso, atendendo ao apelo profético do Cardeal Gerlier, Dom Helder começou a investir a sua força mística, o seu desenvolvimento espiritual, os dons recebidos do Senhor, a sua busca do caminho de santidade, na opção pelos pobres. Estes provocarão diversas “conversões” no Bispo. Com eles fará diversas obras no Rio de Janeiro (Cruzada de São Sebastião, Banco e Feira da Providência...), em Recife (Banco da Providência, Operação Esperança, Ação Justiça e Paz, Encontro de Irmãos), na CNBB (Movimento de Alfabetização de Base...) e internacionalmente (Grupo Igreja Pobre e Servidora, Pacto das Catacumbas, Peregrino da Paz, Sinfonia dos Dois Mundos...). O Pontificado de João XXIII abriu-lhe horizontes. O próprio Papa pediu ao então Secretário da CNBB e a outros bispos para realizarem um Plano de Emergência. João XXIII apoiou a linha helderiana no mundo eclesial brasileiro.⁶

Arcebispo de Olinda em Recife

Em 1964, Dom Helder foi nomeado pelo amigo Montini, agora Paulo VI, Arcebispo de Olinda e Recife. Na nova missão, Dom Helder sabia que devia dar um exigente testemunho pessoal caracterizado pela largueza de compreensão, bondade e misericórdia: “A diferença que há entre o fariseu e o santo é sobretudo esta: o fariseu é largo consigo e estreito com os outros; quer obrigar todo mundo a ir para o céu à força. O santo só é exigente consigo: com os pecadores, é largo como a bondade divina, sem limites como a misericórdia do Pai”.⁷

6 Ivanir Antonio Rampon, *Paulo VI e Dom Helder Camara: exemplo de uma amizade espiritual*, 49-55

7 Helder Camara, *Revolução dentro da paz*, 27..

Recentemente também foi publicado pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade – que leva o nome de Dom Helder – o dossiê “Prêmio Nobel da Paz: a atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de Dom Helder Camara”. O dossiê apresenta corrupções efetivadas para impedir o Prêmio Nobel ao Dom da Paz.

Em breves palavras, podemos dizer que, em Recife, Dom Helder foi se santificando na ação de Pastor. Sua espiritualidade pastoral é marcada, entre outras, por quatro características: 1) opção pelos pobres; 2) diálogo com todos; 3) vivência de uma eclesiologia *aggiornada*; 4) configuração a Cristo, o Bom Pastor.

Padre Conciliar – Vaticano II

Antes e depois da transferência para Recife, o Dom foi um dos Padres Conciliares. O Concílio Vaticano II transformou-se em uma experiência espiritual decisiva na vida de Dom Helder Camara. Ele esforçou-se para que o Vaticano II assumisse a renovação litúrgica, o espírito ecumênico, a aproximação entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, a sacramentalidade do Episcopado, e se movesse em direção do Governo Colegiado da Igreja. Queria superar a era constantiniana, levando a Igreja aos “perdidos caminhos da pobreza”. Com prece e ação, ajudava o amigo Paulo VI nesse momento ímpar da sucessão petrina. Ele foi redator do *Pacto das Catacumbas* e o viveu sublimemente. Inclusive, transformou o Palácio Episcopal em um Centro de Pastoral Libertadora e foi morar na Igrejinha das Fronteiras. Sobre como Dom Helder viveu o *Pacto das Catacumbas* abundam histórias... O Arcebispo também atuou nas Conferências de Medellín e a sua participação em Puebla, de certa forma, foi decisiva para “salvar Medellín em Puebla”.

Testemunho profético

Uma nota especialíssima da santidade de Dom Helder está na ousadia de ser profeta, e como tal assumiu o compromisso

de falar em nome do Deus dos oprimidos.⁸ Durante o regime militar, o Arcebispo buscou dialogar com o regime, mas este foi fechando todas as portas e janelas, pois não suportava a verdade evangélica defendida pelo Arcebispo. É que em nome do Evangelho de Jesus Cristo, Dom Helder fez uma profunda opção pelos pobres e se dispôs a dialogar com todos. Essa posição irritava os responsáveis pela ditadura militar, que o queriam como *legitimador religioso* do sistema de opressão.⁹ A irritação transformou-se em ódio quando, em maio de 1970, o Arcebispo rasgou a cortina do cinismo e da mentira na frente de 20 mil pessoas, em Paris, denunciando que havia tortura no Brasil. A partir de então, passou a ser visto entre os maiores, senão como o maior adversário político pelo governo autoritário. O governo brasileiro fez um grande e maldoso “trabalho” para lhe impedir o Nobel da Paz, e, em 1972, sendo o único candidato favorito, o governo conseguiu que naquele ano não houvesse premiado.¹⁰ O regime autoritário não o torturou fisicamente, mas o golpeou nas lideranças e amigos que foram sendo presos, torturados e assassinados. Ele, no entanto, foi vítima de uma campanha de execração nos meios de comunicação social. Sebastião Ferrarini, no estudo *A imprensa e o arcebispo Vermelho*, compilou uma enorme “ladainha de qualificativos”, seguramente não completa, atribuída, especialmente pela direita, ao Dom, no intuito de difamá-lo e execrá-lo.¹¹ Como o resultado dessa campanha difamatória teve efeito contrário, o governo ditatorial proibiu a imprensa de pronunciar o nome de Dom Helder. Foi vítima, então, da chamada *Lei do Gelo*. A “cruz” da profecia foi muito pesada para Dom Helder!

Peregrino da paz

A partir de 1985, Dom Helder tornou-se Arcebispo Emérito de Olinda e Recife. Não conseguiu “fazer seu sucessor”. Sofreu muito pelas atitudes do seu sucessor no governo da Arquidiocese. De sua parte, viveu a santidade no silêncio e no sofrimento... Porém, por mais alguns anos continuou

8 Ivanir Antonio Rampon, *Francisco e Helder: sintonia espiritual*, 112-132.

9 Ivanir Antonio Rampon, *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*, 302-303.

10 Esta investida do governo militar é tratada com detalhes na introdução do seguinte livro: Nelson Piletti; Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*

11 Sebastião Antonio Ferrarini, *A imprensa e o arcebispo Vermelho: 1964-1984*, 157-158..

sua atuação missionária pelo mundo afora – iniciada na época do Concílio –, conclamando pessoas, instituições e as “minorias Abraâmicas” para construir a paz, enquanto fruto da justiça, do amor e do perdão. Fundou movimentos de paz pelo mundo todo. Recebeu dezenas de doutorados e outros prêmios importantes devido a sua atuação em prol dos empobrecidos, da justiça e da paz. Faleceu com noventa anos e meio, no dia 27 de agosto de 1999.

Místico: as meditações do Pe. José

Tudo o que foi relatado acima torna-se mera cronologia se não levarmos em conta que Dom Helder era, antes de tudo, um místico.¹² Ele vivia unido à Vida Divina da Santíssima Trindade e em unidade com Cristo. Cultivava a união mística principalmente através das Vigílias, da Santa Missa Diária e da intimidade com Cristo expressa na ação pastoral.

O pensamento de Dom Helder chegava ao público através de artigos, livros, homilias, programas de rádio e conferências, com o apoio de amigas e amigos de total confiança, que formavam uma “Família Espiritual”. Enquanto morou no Rio de Janeiro, Dom Helder a chamava “Família São Joaquim” (referência ao Palácio São Joaquim) e, mais tarde, em Recife, depois de vários nomes, decidiu por “Família Macejanense”, em referência a Messejena, Fortaleza.

Dom Helder, geralmente, acordava às duas horas da manhã e permanecia em oração até as cinco, quando retornava a dormir e acordava as seis para a Santa Missa. Não há como compreender Dom Helder – sua vida, sua missão, sua proposta – sem afirmar que ele era um místico que às duas da manhã tinha encontro marcado com a Santíssima Trindade, os Santos e os Anjos do Senhor. Nas Vigílias, transformava tudo em oração, salvava sua unidade com Deus, ajudava a humanidade inteira, cultivava o amor, preparava-se para a Missa, escrevia Meditações e Circulares, atualizava-se teologicamente e fazia comunhão com a Família Macejanense.¹³ Ele próprio escreveu: “Que seria de mim sem a Vigília...?”¹⁴

12 Ivanir Antonio Rampon, *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*, 397-454.

13 Ivanir Antonio Rampon, *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*, 312-322.

14 Dom Helder Camara, *Circulares Conciliares*, I, 1ª Circular, de 01/03/1964.

Dom Helder rezava a Missa como se estivesse no céu. Abundam depoimentos sobre como ele vivia o Mistério Eucarístico. Para o Dom, a Santa Missa era o momento mais alto do dia e que se “espalhava para o dia inteiro”... Dizia que, embora vivesse mergulhado em Deus e unido a Cristo, na Santa Missa o próprio Cristo vinha celebrar... Comentava que havia recebido do Senhor duas graças especiais – não que, segundo ele, as merecesse, mas que o Senhor, em sua infinita misericórdia, lhe havia dado: a de não guardar nada de ódio no coração e de rezar todos os dias a Santa Missa como se fosse a primeira, ou seja, sem cair na rotina, no cansaço, com uma fé simples e profunda!

Durante a jornada, geralmente, dedicava-se a atender e conversar com as pessoas (lideranças, religiosos, jornalistas... de muitos países). Estava sempre cercado pelos pobres, pelos excluídos. Nada fazia sem consultar o seu maior Amigo. Emprestava seus olhos, ouvidos, boca, coração a Jesus. Tinha consciência de que sua ação e sua palavra eram expressão da sua união mística com Cristo. Vivia a sua vida na presença do amor e da misericórdia do Pai e aberto às inspirações do Espírito Santo. Assim como tantos outros místicos, Dom Helder usou a linguagem poética como forma de expressar sua experiência espiritual. Chamava seus poemas de “As Meditações do Pe. José”. Na verdade, Dom Helder não apenas viveu santamente, mas continua nos iluminando nas trilhas da espiritualidade libertadora porque se doou, sublimemente, na ação profética, sacerdotal e pastoral, por amor a Cristo e a sua Igreja.

Dom Helder não era “religioso”. Era um presbítero diocesano – e depois bispo – que viveu de modo exemplar o sacerdócio e, por isso, poderia ser declarado como um modelo de santidade para os sacerdotes. Mas embora não fosse religioso, “é difícil achar um religioso tão religioso como ele. Muito mais do que muitos religiosos, Dom Helder vivia pobremente. Assimilou profundamente os pobres e quis ser pobre como Jesus foi pobre. Deus fez-se pobre e por isso a pobreza de Dom Helder tinha raízes místicas. [...] Não tinha carro, nem motorista, nem empregada. Não tinha porteiro

e abria a porta ele mesmo, ainda que, de nove pessoas que vinham bater-lhe à porta, nove fossem mendigos...”¹⁵

Com planos para a eternidade

Dom Helder Camara disse que tinha planos para eternidade: “Movimentações muito sérias a acertar com os Anjos. *Complots* gravíssimos a combinar com Nossa Senhora. Com Ela no meio, quem poderá temer? [...]. Ninguém é mais louco do que Deus. Ninguém anseia, como ele, por propostas que correspondam ao que há de mais profundo em sua essência de amor, misericórdia, bondade”¹⁶.

Atualmente, o Dom da Profecia deve estar vibrando com o testemunho profético do Papa Francisco e fazendo “negociações e *complots* celestes” pelo Papa das periferias e em prol de uma Igreja pobre e servidora e de uma sociedade justa, fraterna, pacífica e ecológica.¹⁷ Seguramente, Dom Helder hoje nos convidaria a ajudar o Papa Francisco na missão de espalhar e praticar a Alegria do Evangelho, a Cultura do Encontro, a Revolução da Ternura e o Cuidado com a nossa Casa Comum.

Bibliografia

CAMARA, Helder. Circulares Conciliares, I – de 13/14 de outubro de 1962 a março de 1964, II – de 12 de setembro a 22/23 de novembro de 1964, III – de 10/11 de setembro a 7/8 de dezembro de 1965. *Obras Completas de Dom Helder*. Recife: CEPE, 2009.

_____. Circulares Interconciliares, I – de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964, II – de 23/24 de novembro de 1964 a 17/18 de abril de 1965, III – de 18/19 de abril a 31 de agosto/1º de setembro de 1965. *Obras Completas de Dom Helder*. Recife: CEPE, 2009.

_____. Circulares Pós-Conciliares, I – de 9/10 de dezembro de 1965 a 30/31 de maio de 1966, II – 31 de maio/1º de junho a 26/27 de dezembro de 1966, III – de 31 de dezembro de 1966/1º de janeiro de 1967 a 29/30 de julho de 1967. *Obras Completas de Dom Helder*. Recife: CEPE, 2011.

15 José Comblin, *Dom Helder e a Vida Religiosa*, 501-502.

16 Dom Helder Camara, *Circulares Interconciliares I*, Circular 284 de 28-29/08/1965.

17 Ivanir Antonio Rampon, *Francisco e Helder: sintonia espiritual*, 132.

- _____. *Revolução dentro da paz*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.
- _____. Sinfonia dos dois mundos, in *Sedoc*, v. 32, fasc. 277, 344-345, nov./dez. 1999.
- COMBLIN, José. Dom Helder e a Vida Religiosa, in *Convergência*, ano XLIV, n. 423, 501-509, jul./ago. 2009.
- FERRARINI, Sebastião Antonio. *A imprensa e o arcebispo Vermelho: 1964-1984*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- PILETTI, Nelson – PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Camara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997.
- RAMPON, Ivanir Antonio. “Helder Camara: ‘O Dom da Santidade’ – A visão helderiana de santidade”. Conferência pronunciada na Universidade Católica de Pernambuco durante o Seminário Dom Helder – um caminho de santidade. Pernambuco, 28/08/2015.
- _____. *Francisco e Helder: sintonia espiritual*. São Paulo: Paulinas, 2016.
- _____. *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. *Paulo VI e Dom Helder Camara: exemplo de uma amizade espiritual*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: Os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Pe. Ivanir Antonio Rampon★

★ **Pe. Ivanir Antonio Rampon** é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, com tese sobre o caminho espiritual de Dom Helder. É padre na Arquidiocese de Passo Fundo – RS e Professor da Itepa Faculdades. **Endereço do autor:** Paróquia São Francisco de Assis, Rua Aspirante Jenner, 579, Bairro Santa Maria, CEP: 99070-020. **E-mail do autor:** iarampon@yahoo.com.br.

Mensagem da CBJP e da JPIC

Brasília (DF), 1º de maio de 2016.

Estimados membros do Episcopado Brasileiro,

Queridas/os Coordenadoras/os Maiores de Congregações Religiosas e Institutos de Vida Consagrada!

Nós, cristãs/ãos do laicato brasileiro e religiosas/os, reunidas/os em Brasília de 29 de abril a 1º de maio, durante o encontro conjunto da Comissão Brasileira Justiça e Paz/CBJP, organismo da CNBB, e da Comissão Justiça, Paz e Integridade da Criação, da CRB-Nacional, reunindo 70 participantes, de 20 Estados brasileiros e DF, saudamos vocês com esperança.

Estamos preocupadas/os com a situação crítica pela qual está passando o Brasil, que reflete a crise mais ampla em nível mundial, desde 2008. Estamos comprometidas/os com as conquistas e avanços sociais que ocorreram nos últimos trinta anos no Brasil e tememos que ocorra uma ruptura democrática, com desrespeito à Constituição Brasileira, tão duramente conquistada. O argumento do combate à corrupção, à qual sempre condenamos, não pode servir de pretexto para destituir uma presidente democraticamente eleita e revogar os direitos alcançados.

Prova dessa perseguição é a criminalização dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, pastorais e movimentos sociais, e suas manifestações públicas pacíficas, especialmente o CIMI no Mato Grosso do Sul.

Esse espírito se origina no Evangelho de Jesus e no desejo de vivermos uma *Igreja em saída*, conforme nos inspira o Papa Francisco, com seus escritos e testemunho profético. O apelo que percebemos neste Ano Santo da Misericórdia é

que nos aproximemos dos mais pobres na sociedade, daquelas/es inclusive que não se sentem parte da Igreja, visto que passam pela *porta da misericórdia*, mas ainda não são acolhidos em nossas comunidades.

Pedimos, com humildade e veemência, que sejam portadoras/es dessa voz profética, denunciando o golpe à democracia que se processa no país, solicitando ajuda para os irmãos do Episcopado do Continente, bem como às Congregações Religiosas do mundo inteiro para que nos fortaleçam, com orações, apoios, manifestos e ações concretas, a fim de superar esse momento de dor por que passa a nação brasileira.

A Igreja se empenhou na iniciativa popular pela Reforma Política e, por isso, conquistamos o fim da utilização de recursos de empresas nas campanhas eleitorais. Será a primeira campanha sem o financiamento empresarial. Todavia, para que tal mudança se efetive, é necessário o empenho para que denunciemos a corrupção eleitoral, estimulemos candidaturas e a escolha consciente de vereadoras/es e prefeitas/os. Apoiar Pastorais Sociais, grupos de reflexão e de vizinhança, de forma a multiplicar as iniciativas de educação política e de cuidado com a criação, por meio de escolas de fé e política, é um bom caminho para esta iniciativa.

Contando com seu apoio, estamos à disposição para servir a Igreja em mais essa missão profética, com a intercessão de nossa Mãe, Maria, que nos revela o rosto misericordioso do Pai nos mais pobres.

Nosso abraço de Paz, na Alegria do Evangelho,

Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP/CNBB
Comissão Justiça, Paz e Integridade da Criação – JPIC/CRB

IRMÃ ANNETTE HAVENNE*

Da elegância

As comunidades cristãs têm acolhido com muita seriedade o convite do ano da misericórdia, pelo menos na produção de textos, artigos, subsídios pastorais. Há o risco de gerar uma saturação em torno do tema, mesmo na *Convergência!* Há também o desafio de ir além do informativo para realmente entrar num processo de conversão, tomando atitudes e desenvolvendo habilidades parecidas com as do Pai e de Jesus, seu ícone: como ser uma VRC movida à misericórdia, na mística e na profecia, começando em nossas comunidades?

Convidada a contribuir, neste mês de setembro, com uma reflexão a partir de uma parábola da misericórdia, decidi sair um pouco dos trilhos e refletir sobre a elegância. Não, não sou estilista, embora eu aprecie uma roupa que cai bem, na discreta simplicidade dos lírios campestres!

Mas não estou aqui para falar de tendências para a estação invernal, e sim para desdobrar toda a riqueza do conceito de elegância, costurando suas harmônicas humanas e evangélicas. Ir à raiz da palavra já inspira e abre novos horizontes, muito além da superficialidade:

Elegância: do latim *elegância*.¹

Bom gosto na escolha das roupas.

Graça no modo de se apresentar e de agir.

Harmonia entre o estilo e a interioridade da pessoa.

Expressão justa ao traduzir o que se pensa, no uso das palavras.

Delicadeza no comportamento moral.

Distinção, *refinamento* da pessoa, nas suas relações com os demais.

* **Irmã Annette Havenne** nasceu na Bélgica. Desde 1976, vive em comunidades de inserção no Nordeste do Brasil. Exerce seu ministério na área da formação, acompanhamento espiritual e assessoria junto à CRB.

¹ *Dictionnaire Larousse*, 5 volumes. Tradução livre.

Temos aí um itinerário que vai da expressão exterior, a roupa, passa pela graça do corpo e da ação, segue na coerência que harmoniza o parecer, o fazer e o ser, até chegar à busca da autenticidade nas palavras, no comportamento e finalmente no trato respeitoso e amoroso nas relações. Decididamente, a elegância nos leva do mundo da alta costura ou do brechó, passando por orientações que humanizam as relações, até o coração do Evangelho: o amor de cuidado consigo mesmo, com Deus, com os outros, com o planeta!

E assim, pela porta do dicionário, entramos na parábola inserida, tal delicada flor, em Mt 18,23-33. Convido vocês a reler e a redescobrir o texto, não apenas como a parábola do servo impiedoso ou cruel, mas como a parábola da fina elegância de Deus e da suprema deselegância do seu servo, que pode ser minha, nossa também!

O contexto de Mt 18

Sem pretensão exegética, mas com respeito à dinâmica do texto, vale lembrar que estamos aqui diante do chamado discurso *eclesial*, ou discurso *para a comunidade*, ou ainda discurso *para a Igreja*, sendo Mateus o único evangelho a usar esta palavra.

Anteriormente, no mesmo evangelho, houve outro discurso se referindo à Igreja enquanto comunidade dos discípulos/as enviados/as em missão (Mt 10). Aí parece que a preocupação é com as relações internas, portanto, entre os cristãos, diante da institucionalização, dos conflitos e da sua possível resolução pela violência e os abusos de poder... De fato, é dentro de casa que muitas vezes passamos a ser desleixados/as e a usar roupas surradas, com a desculpa de que não importa, que podemos ser nós mesmos/as, ao natural. Por isso o título desta reflexão: *Ser elegante, dentro de casa!*

O nosso “sorriso de aeromoça” e a saudação: “paz para esta casa” fazem parte do *kit* básico para as visitas pastorais ou valem também entre nós, traços genuínos da alegria que experimentamos ao voltar para *nossa casa* e ao partilhar com *nossos/as irmãos/as de comunidade*? Como passar da experiência de

conviver para o compromisso com a comunidade? Eis o que a parábola da elegância tem para nos ensinar!

A parábola da fina elegância de Deus

Em clima de leitura orante, na perspectiva da misericórdia como elegância divina, gostaria de propor-lhes esses questionamentos, com carinho e grato coração:

A fina elegância de Deus:	A misericórdia do Pai para comigo:
Reflexão diante de 174.000 kg de ouro!	
Um rei decidiu acertar as contas com seus servos.	Que bênçãos, benefícios tenho recebido?
Apresentaram-lhe um que lhe devia 10 mil talentos.	Posso contar?
Como não tinha com que pagar, o senhor mandou que fosse vendido junto com a mulher, os filhos e com tudo que possuía para pagar a dívida.	Posso retribuir, mesmo ao preço da minha vida, dos meus bens?
O servo caiu de joelhos aos pés do senhor e suplicou:	Já experimentei paciência, bondade,
“Tem paciência comigo e eu te pagarei tudo!”	compaixão, benevolência do Pai?
Compadecido, o senhor soltou o servo e perdoou a dívida.	Acolho seu perdão? Eu me perdoou?
Compadecido, o senhor soltou o servo e perdoou a dívida.	Acolho seu perdão? Eu me perdoou?
A suprema deselegância do servo:	Verificando minha elegância:
Reflexão diante de 30 g de ouro!	
Ao sair, aquele servo encontrou um companheiro que lhe devia 100 denários.	Nas relações com os/as companheiros/as:
Desdramatizar, redimensionar	
Agarrou-o e o sufocou, dizendo: “Paga o que me deve!”.	Respeitar, tratar com amor fraterno
Caindo aos seus pés, o companheiro suplicava-lhe:	Ser paciente, compaixonado/a
“Tem paciência comigo e eu te pagarei tudo!”	Perdoar do fundo do coração (v. 35).
Mas o outro negou e o pôs na prisão até que pagasse a dívida (Mt 18,23-30).	Deixar que o/a outro/a seja!

E o fim da parábola?

“Os companheiros ficaram profundamente tristes e foram informar o senhor de tudo. Então, mandando vir o servo, o senhor lhe disse: “Servo mau, eu te perdoei toda aquela dívida porque me tinhas suplicado. Não devias, tu também, compadecer-te do teu companheiro como eu mesmo me compadecera de ti?”. Cheio de cólera, seu senhor o entregou aos verdugos até que pagasse tudo o que devia. Assim vos tratará meu Pai celeste, se cada um de vós não perdoar a seu irmão do fundo do coração” (Mt 18,31-35).

Desproporção incrível entre as duas dívidas!² Contraste ainda mais incrível entre as duas reações: passamos da fina elegância para a suprema deselegância do servo que assusta e entristece seus companheiros de serviço. Parece que o fim da parábola é um desastre. Tudo começou tão bem, mas termina com todos “de mal” e sem querer mais saber de perdão, inclusive o rei, supostamente representando o Deus da misericórdia infinita!

Contradição com o que Jesus acaba de anunciar? Justiça oposta à misericórdia? Na realidade não é a única parábola que nos coloca diante das *consequências* das nossas atitudes e opções. Quando recusamos nos abrir para iniciar um processo de perdão em relação ao irmão/ã, pomos limites a nossa capacidade de receber o já oferecido perdão de Deus.

Em vez de nos deter na imagem de Deus como um rei irado, por que não usar nossa imaginação para inventar um novo fim para a sempre viva parábola?

- E se os companheiros tivessem chamado o servo deselegante para falar?
- E se tivessem suplicado ao rei um agir diferente?
- E se tivessem feito um mutirão para pagar a dívida?
- E se experimentássemos reescrever a parábola dentro da nossa comunidade de vida?

² *Bíblia de Jerusalém*, nota em Mt 18,24.

Uma comunidade movida a misericórdia...

605

Para muitos/as de nós o ano da VRC ajudou a perceber melhor o essencial da nossa vocação e missão e a desejar voltar a experiência fundante do mistério de Deus e do chamado de Jesus em nossas vidas. Como foi bonito o congresso da VRC com seu caminho mistagógico! Como foi rica a reflexão e a partilha entre formadores/as no Seminário de Fortaleza! Como foi forte o apelo lançado no Congresso das Novas Gerações: “Lázaro, vem para fora”, escolhe a vida, partilhe sua alegria, ouse a vida consagrada a Jesus e para o povo!

Mas nada disso tomará feições concretas e duradouras se não nos decidirmos agora por um *convívio regado a misericórdia* em nossas comunidades. A memória viva do coração do Mestre só se mantém acolhendo e repartindo entre nós o perdão que fez pulsar aquele coração até o entregar para nós. A chave que abre a porta santa do ano da misericórdia, não para entrar na basílica São Pedro ou em nossa catedral diocesana, e sim para sair às periferias existenciais, é esta: viver de perdão recebido e dado.

A psicologia está aqui para comprová-lo: em qualquer área da personalidade, somente uma pessoa que faz uma experiência *pessoal* tem flexibilidade para mudar ideias e atitudes, para sair dos benditos (!) preconceitos, paradigmas, ideologias engessadas. Experimentar o perdão recebido de Deus muda nossa visão e nossas atitudes diante das “enormes” ofensas de “30 gramas” que achamos não ter condições ou obrigação de perdoar.

Somos homens e mulheres consagrados/as que vivem em comunidades de discípulos missionários, conscientes de ser pecadores/as perdoados/as por Deus e repartindo seu perdão entre si e com o povo. Somente essas experiências profundas e concretas do perdão de Deus e da misericórdia entre nós nos capacitam para ser portadores/as humildes, leves e alegres de uma boa notícia: não ao julgar, não ao condenar, sim ao perdão, sim ao dom! (Lc 6,36-37)

Estamos vivendo sempre mais, inclusive em nossas comunidades de fé, num mundo líquido, com relações fluidas. Isso também pode ser uma chance para a vida espiritual e nossa conversão permanente: não para viver *light* e desfazer compromissos sem se importar, mas para desfazer-se com leveza dos sentimentos que nos maltratam e envenenam a comunidade: dor, raiva, tristeza, rancor, ressentimento, fechamento, vingança. Para parar de alimentar, num silêncio de vítima ferida, pensamentos mortíferos que nos colocam para baixo e nos fazem ver os outros como algozes ou inimigos.

Li num velho livro de espiritualidade³ – às vezes ainda servem – que o santo Cura d’Ars pedia a Deus “um coração líquido”, como o coração dos grandes santos. Não, ele não tinha lido Zygmunt Bauman; ele intuía que um coração líquido não era um coração descompromissado, era um coração que deixava fluir o rio da misericórdia divina, não o retendo para si.

Uma palavra para a liderança

Há também no capítulo 18 de Mateus uma palavra especialmente direcionada aos dirigentes da comunidade-Igreja. Afinal, é Pedro quem faz a pergunta sobre a aritmética do perdão. Parece que o serviço de liderança nos faz sentir de modo agudo o peso das misérias pessoais e nos faz sofrer mais com os limites nossos e dos irmãos/as.

A tentação de dar ouvidos aos companheiros/as entristecidos/as e fofoqueiros/as, de reagir duramente, de usar a autoridade para consertar as pessoas, de desanimar achando que não tem mais jeito... podem minar energias, ferir corações e quebrar relações.

Por que não acolher o convite a olhar também a liderança com um novo olhar, e a fazer dela, segundo a bela expressão de Roger Schutz,⁴ “um serviço de misericórdia”? Pode ser que o maior abuso de poder seja a falta de perdão e de misericórdia para com os companheiros/as... a começar pelos mais complicados/as.

3 Cura d’Ars, Pregações.

4 SCHÜTZ, Roger. *Dinâmica do provisório*. São Paulo: Duas Cidades, 1967.

Enfim, para terminar com um desafio elegante, que tal procurar um novo hábito, um novo visual para incentivar a VRC a caminhos de transformação? Vejam a proposta de Paulo que entendia de comunidade e tinha uma cultura refinada:

Revesti-vos de sentimentos de compaixão, de benevolência, de humildade, de paciência. Suportai-vos uns aos outros, e se alguém tiver alguma queixa contra o outro, perdoai-vos mutuamente. Como o Senhor vos perdoou, fazei o mesmo também vós e acima de tudo *revesti-vos de amor!*” (Cl 3,12-14).

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em grupo:

1. O artigo abriu alguma nova perspectiva ou lembrou um aspecto relevante a respeito da misericórdia? Qual?
2. Que convite(s) Jesus faz para nossa comunidade através da partilha em torno da primeira pergunta?
3. Percebo que alguma atitude minha deixa a comunidade triste ou preocupada, às vezes? Gostaria de pedir perdão por isso?
4. A pergunta três poderia ser retomada pela comunidade num momento celebrativo de reconciliação.

Ousemos acreditar e alegremo-nos!

A misericórdia de Deus ultrapassa a nossa compreensão!

TOMAZ HUGHES*

No início do ano, recebi um convite para assessorar um encontro sobre o tema “A Misericórdia na Bíblia”. Respondi que só poderia aceitar se o encontro fosse bem prolongado, pois, para fazer jus ao tema, teríamos que percorrer toda a Bíblia, desde a primeira página de Gênesis até o último capítulo do Apocalipse, pois a misericórdia de Deus é constante em todas as reflexões e experiências do Povo de Deus. Já se expressou isso na última frase do último livro escrito do Primeiro Testamento, quando o autor bíblico, escrevendo na diáspora judaica em Alexandria, faz uma belíssima profissão da sua fé: “Sim, ó Senhor! De todos os modos engrandeceste e tornaste glorioso o teu povo. Nunca, em nenhum lugar, deixaste de olhar por ele e de o socorrer” (Sb 19,22). De maneira mais contundente ainda, essa experiência se torna a tônica dos escritos do Novo Testamento, expressões da experiência do Novo Povo de Deus, comunidade discípulo-missionária de Jesus Cristo. O fato de a insistência do Papa Francisco sobre a misericórdia como característica fundamental de Deus ter sido acolhida com tanta alegria e quase espanto, como se fosse algo novo, talvez seja uma indicação do quanto abandonamos o Evangelho e a figura de Jesus de Nazaré, muitas vezes substituindo esses elementos essenciais da fé por leis, moralismos e doutrinas muitas vezes abstratas, enquanto esquecemos da ternura, compaixão e misericórdia do Pai, encarnadas em Jesus. Dentro do conjunto dos escritos bíblicos, talvez seja o Evangelho de Lucas que mais chama a atenção ao aspecto da misericórdia e compaixão do Pai, manifestado na pessoa,

* **Pe. Tomaz Hughes**, SVD, é irlandês, religioso-missionário da Sociedade do Verbo Divino. Radicado no Brasil há 43 anos, atua especialmente na formação bíblica nas bases e é assessor bíblico da CRB e do CEBI. Dedicou-se a cursos e retiros bíblicos em todo o país. Tem publicado diversos artigos em *Convergência*, *Estudos Bíblicos* e publicações da VRC, e é autor do livro *Paulo de Tarso: discípulo-missionário de Jesus* (Ed. Pão e Vinho 2015). **E-mail do autor:** thughes@netpar.com.br.

pregação e ação de Jesus. Obviamente, o Terceiro Evangelho não tem o monopólio desse tema, que perpassa todos os escritos neotestamentários, mas lhe dá um relevo muito especial. O motivo disso talvez se ache no contexto em foi composto e na experiência da comunidade a qual foi destinado, em primeiro lugar.

Misericórdia em uma sociedade cruel

Lucas escreve para comunidades urbanas do império greco-romano, da tradição paulina. Sendo assim, os membros apresentam um raio X da mistura de etnias, culturas, e tradições religiosas que eram características das cidades da Grécia e Ásia Menor da época. Embora, sem dúvida, houvesse a presença de judeus e prosélitos, a maioria era formada de pessoas oriundas do paganismo, ou seja, das muitas religiões que abundaram na região. Sem dúvida a maioria era formada de gente escravizada ou das camadas mais baixas da sociedade, com uma minoria letrada e abastada em termos econômicos. Podemos recordar as palavras de Paulo quando escreveu à comunidade de Corinto: “entre vocês não há muitos intelectuais, nem muitos poderosos nem muitos da alta sociedade” (1Cor 1,26). A situação era bem diferente daquela da comunidade de Mateus, por exemplo, onde também havia pagãos convertidos, mas onde a maioria era proveniente do judaísmo com a sua longa experiência da misericórdia de Deus. Majoritariamente os participantes das comunidades lucanas vinham de uma cultura religiosa de paganismo, que ainda dominava, cujos deuses não eram nem misericordiosos nem compassivos. Pelo contrário, eram caprichosos, capazes de fazer o que queriam com os humanos, com requintes de vícios e crueldade. Mesmo no nível inconsciente, essa origem cultural deve ter dificultado – e muito – a capacidade de acreditar num Deus que era cheio de compaixão.

Assim, tornou-se urgente demonstrar que o único Deus verdadeiro estava na contramão de uma sociedade religiosa de crença contrária. Mateus, por exemplo, não tinha que

enfrentar essa dificuldade em demonstrar um Deus de misericórdia. O perigo de seus leitores era diferente – era de acreditar muito na misericórdia de Deus para com o seu povo, dando direito aos “bons” de julgar, rejeitar e ser duros com os que se consideravam “pecadores”, por não caberem dentro das normas das práticas judaicas da Lei. Por isso, em Mateus achamos outra ênfase: “aprendam o que significa ‘Eu quero misericórdia e não o sacrifício’” (Mt 9,13).

Capítulo 15 de Lucas

Talvez não exista no Novo Testamento um capítulo que trate tão intensivamente do tema de misericórdia como Lucas 15. O texto é composto de três parábolas que, somente a título de conveniência, podemos denominar neste artigo como “A ovelha perdida e achada”, “A moeda perdida e achada” e “O filho perdido e achado”. Cabe aqui umas observações preliminares referentes ao uso de parábolas nos evangelhos. Em primeiro lugar, para que provoque o efeito desejado no seu ouvinte (ou leitor), uma parábola deve usar imagens e símbolos conhecidos. Como Jesus falava no ambiente rural palestinese de dois mil anos atrás, naturalmente usava imagens daquele contexto – muitas vezes alheias à experiência dos ouvintes modernos, frequentemente oriundos de contextos urbanos. Assim, com certa facilidade o ouvinte moderno corre o risco de não entender bem o sentido da parábola. Na sua forma original, a parábola não trazia uma explicação como conclusão. Cabia ao ouvinte descobrir o sentido da história. Por isso Jesus frequentemente terminava desafiando: “Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!”. Como a parábola trabalha com símbolos, pode ser polissêmica, ou seja, capaz de comportar diferentes explicações, conforme a realidade do interlocutor. Para que fique mais clara a meta de Lucas em escrever este capítulo, é importante que o aprofundemos na sua integridade, ou seja, como obra literária que tem uma estrutura e uma organização interna. A chave da sua interpretação, com certeza, achamos nos primeiros três versículos, que nos definem o contexto, o motivo e os destinatários primários do texto: “Todos os cobradores de

impostos e pecadores se aproximavam de Jesus para escutá-lo. Mas os fariseus e os doutores da Lei criticavam Jesus, dizendo: ‘Esse homem acolhe pecadores e come com eles!’ Então Jesus contou-lhes esta parábola”. Lucas destaca o fato de que, exatamente as pessoas que eram excluídas como impuras pela religião oficial da época, correram para ouvir Jesus – obviamente porque se sentiam acolhidas e amadas por ele, pois lhes transmitia a certeza da misericórdia de Deus para com todos. Isso despertou fortes críticas contra Jesus por parte das lideranças religiosas – representadas aqui pelos fariseus e doutores da Lei. Seria importante refletirmos sobre o motivo dessas críticas, pois, contrariando uma visão que existe frequentemente no meio dos cristãos, esses homens normalmente não eram malvados ou de má vontade. Pelo contrário, muitos entre eles seguiram a risco todas as minúcias da Lei do Senhor, e dedicavam-se extraordinariamente às práticas do judaísmo do seu tempo. O Deus deles era o Deus de Jesus, o Deus dos antepassados, o Deus de Abraão, Isaac e Jacó, o Deus de Israel. Porém, havia um elemento que distinguia a sua experiência de Deus daquela de Jesus. Para eles, Deus era o Santo, e por isso rejeitava o pecador. Para Jesus, também Deus era o Santo, e por isso fazia de tudo para que o pecador não se perdesse. Para essas lideranças, como Jesus comia com pecadores (na cultura de então, o ato de comer com alguém colocava a pessoa no mesmo nível dos comensais), então ele não podia ser de Deus. Para Jesus, comer com essas pessoas era a demonstração do verdadeiro rosto de Deus, compassivo e misericordioso, que não rejeita ninguém. Por isso ele conta essas parábolas, que no contexto do capítulo 15 estão dirigidas em primeiro lugar aos fariseus e legistas, para contestar a sua visão de Deus e revelar a verdadeira identidade da divindade – misericórdia e compaixão. É precisa então levar esses versículos em conta ao lermos cada uma das três parábolas.

A ovelha perdida e achada

As três parábolas do capítulo só achamos em Lucas. Há uma bem semelhante aos versículos 4-7 em Mt 18,12-14,

mas uma leitura atenta demonstrará diferenças fundamentais. O contexto mateano é o “Discurso Eclesiológico” e a parábola é dirigida aos discípulos, às lideranças das comunidades, e não aos fariseus e doutores da Lei. No contexto do capítulo 18, Mateus parece estar pensando nos “pequenos”, ou seja, nos membros mais simples da comunidade que correm o risco de se perder por causa do desprezo (v. 10) ou do excesso da severidade dos dirigentes (v. 21), de que poderiam ser vítimas. Na verdade Mateus não trata de ovelha “perdida” mas “desgarrada”, que saiu da comunidade por causa do mal-estar causado pelas atitudes dos chefes. Lucas, porém, fala claramente da ovelha “perdida”, o pecador que se perdeu no seguimento de Jesus. Vale notar que ambos os termos encontramos na denúncia de Ezequiel contra os maus pastores de Israel, quando ele se queixa que eles “não trazem de volta as que se desgarraram e não procuram aquelas que se extraviaram” (Ez 34,40). Frequentemente as parábolas, por serem tão conhecidas, sofrem uma certa banalização na sua interpretação. No v. 4, Jesus pergunta aos ouvintes se, tendo cem ovelhas e perdendo uma, não deixariam os noventa e nove no campo para procurar a perdida. A nossa tendência é responder automaticamente “sim”... porque não somos pastores. Na Palestina de Jesus nenhum pastor faria isso! Seria loucura! Um pastor que terminasse o ano com noventa e nove ovelhas sadias para o abate, tendo perdido somente uma, teria achado o ano o mais produtivo da sua vida. Correr atrás da perdida, só um louco faria! É exatamente isso que Jesus quer dizer – Deus faz loucuras por amor e misericórdia. Ele não se sossega enquanto ainda tem uma ovelha perdida, pois quer a vida plena, a salvação, para todas. O nosso Deus é um Deus “que faz loucuras por amor!”. Jesus aqui está bem na tradição do profeta Deutero-Isaías, quando, em Is 55,10-11, Deus cutuca seu povo dizendo “Os meus projetos não são os projetos de vocês, e os caminhos de vocês não são os meus caminhos... tanto quanto o céu está acima da terra, assim os meus caminhos estão acima dos caminhos de vocês, e os meus projetos estão acima dos seus projetos”. Na parábola a alegria do pastor

(imagem de Deus), quando resgata a ovelha perdida, não tem proporção com o valor do achado, humanamente falando. Deus não age como nós, Deus não tem os critérios dos fariseus e doutores da Lei. Deus é pura misericórdia e por isso “enlouquecido pelo amor”.

A moeda perdida e achada

Uma das características do Terceiro Evangelho é ser o Evangelho da Fraternidade e Igualdade Homem/Mulher. Com certeza, para desafiar a sua comunidade, mergulhada em uma sociedade machista que marginalizava a mulher, a recuperar a prática de Jesus, Lucas não perde oportunidade de enfatizar a condição igual de ambos os sexos como discípulos-missionários de Jesus. Assim sendo, depois de retratar Deus pela imagem de um pastor, Lucas o revela agora através da imagem de uma mulher que tinha dez moedas e perdeu uma. De novo, a cena é tipicamente palestinese. As casas pobres dos camponeses, feitas de barro, não tinham janelas, para que ficassem mais frescas. A única abertura era uma porta estreita e baixa. Assim, perdendo uma moeda dentro da casa escura, a mulher “acende uma lâmpada, varre a casa e procura cuidadosamente, até encontrar a moeda”. Quando a acha, chama as amigas para festejar com ela a recuperação de uma única moeda... podemos imaginar que faz festa gastando mais do que o valor da moeda achada! Novamente, há desproporção entre a alegria dela (imagem de Deus) e o valor da moeda achada, humanamente falando.

O pai e os dois filhos

O capítulo 15 contém um dos textos religiosos mais conhecidos do mundo – que comumente, talvez inadequadamente, intitulamos “O filho pródigo”. Na verdade, uma leitura cuidadosa demonstrará que na verdade a figura menos importante do texto é o “filho pródigo”. Fundamentalmente a parábola põe em relevo duas atitudes diante da realidade da fraqueza humana – a do pai (vivida na prática por Jesus)

e do filho mais velho (que encarna a atitude dos fariseus e doutores da Lei!). É importante lembrar que os primeiros três versículos do capítulo estão também ligados a esta parábola – é por causa da atitude dos fariseus e escribas que Jesus conta essa história. Infelizmente, como estamos muito acostumados com essa parábola desde a infância, com frequência não prestamos atenção ao texto e arriscamos perder muita da riqueza que contém. A cena inicial nos mostra o filho mais jovem pedindo que o pai reparta a herança entre os seus dois filhos, e o rapaz saindo da casa. A nossa reação normalmente é de indignação – vai esbanjar a herança que o pai trabalhou tantos anos para juntar. A tendência é de avaliar o delito do filho mais moço na ótica financeira – típico dos valores da nossa sociedade atual. Na verdade, o erro do rapaz é muito mais grave. Pois, até os dias de hoje, a não ser por orientação jurídica, o normal em uma família é repartir a herança do pai depois da sua morte. No fundo, o filho está dizendo ao pai que este só tem valor para ele morto! E como não morre, então que divida os bens. Até na nossa sociedade neoliberal pós-moderna uma tal atitude seria um escândalo no seio de uma família. Imaginemos então em uma sociedade patriarcal como a do tempo de Jesus – seria difícil para os seus ouvintes imaginar maior insulto, ofensa, rejeição da própria pessoa do pai! Depois de esbanjar tudo, o filho cai na desgraça no meio de uma fome que assolava o país onde se encontrava e teve que se submeter a um trabalho duro, cuidando de porcos em uma fazenda. Novamente precisamos levar em conta a diferença cultural entre os ouvintes de Jesus e os leitores modernos. Em muitas regiões do nosso país é normal que as famílias se dediquem totalmente ou pelo menos parcialmente a suinocultura. Sem dúvida um trabalho duro e sujo, mas uma sujeira que se resolve com banho e uma troca de roupa. Nada demais para nós. Mas é preciso recordar que, para a cultura judaica do tempo de Jesus, o porco era considerado o mais impuro dos animais, diante de Deus, e que tocar em porcos deixava as pessoas em um estado de profunda impureza diante do Senhor. Trabalhar como o rapaz era a maior

degradação imaginável de um judeu. Estava no fundo do poço mesmo, em todos os sentidos.

Gratuidade no perdão – Nem imaginar

Dos porões da humanidade, o rapaz procura uma saída: “Vou encontrar meu pai e dizer a ele: ‘Pai, pequei contra Deus e contra ti; já não mereço que me chamem teu filho. Trata-me como um dos teus empregados’” (vv. 18-19). Finalmente, podemos pensar, ele “criou vergonha” e vai se humilhar. Tomemos cuidado para que não percamos o cerne da questão. Por que não vai pedir para ser recolocado com a dignidade de filho? Porque lhe parece inconcebível que pudesse existir um amor tão gratuito da parte do pai. O filho usa um raciocínio diferente: “não mereço que me chamem teu filho” – desloca a questão da área da gratuidade para a de “merecimento”. É o raciocínio deste mundo, não de Deus nem de quem realmente ama. Pois, quando se trata de “merecimento”, se torna questão de retribuição, ou, quando muito, de justiça. Elimina a gratuidade, a misericórdia, a compaixão. Resolvido, o moço faz o que decidiu – volta à casa do pai. Agora o enfoque do texto cai sobre a figura e a ação do patriarca. Enfatiza que, quando o filho “ainda estava longe, o pai o avistou e teve compaixão” (v. 20b). Como o avistou, se estava ainda longe? Porque o pai estava esperando que voltasse! A parábola não nos diz se se passaram semanas, meses ou anos até a volta... só nos mostra o pai esperando com paciência e amor. Ressalta a reação dele: “teve compaixão, saiu correndo e o cobriu de beijos” (v. 20b). Nenhuma palavra de recriminação, de reprovação, de correção, só a alegria do reencontro em ambiente de compaixão. De fato, o filho diz ao pai aquilo que tinha ensaiado – enfatizando o fato de que não ousava pedir para retornar como filho, mas que estava somente pedindo um emprego, por piedade. É importante notar o que o pai responde ao moço – simplesmente não responde! Pois a lógica do “merecimento” é estranha ao pai. A sua realidade é a lógica do amor, gratuidade, misericórdia e perdão. Em lugar de se perder em uma discussão estéril sobre

“mercimento”, o pai manda preparar uma festa, “porque este meu filho estava morto e tornou a viver; estava perdido e foi encontrado” (v. 24).

Uma reação contrária

Talvez nos pareça que a parábola deveria ter terminado aqui – com todos alegres e em ritmo de festa. Mas, se terminasse, não teria alcançado a sua meta, que era de questionar a atitude dos fariseus e doutores da Lei e demonstrar que eles não estavam testemunhando a misericórdia e a compaixão do Deus que eles pregavam. Por isso entra em cena agora o filho mais velho. Ao saber do motivo da festa, enche-se de cólera e ressentimento e se recusa a adentrar no local da festa! Notável é a reação do Pai: “o pai, saindo, insistiu com ele” (v. 28). O pai sai atrás do filho mais moço, mas também atrás do mais velho! É sempre o pai que toma a iniciativa, que é o protagonista da reconciliação. (Notemos a mesma atitude em Jesus – come nas casas dos pecadores, mas também nas casas dos fariseus e escribas!). Mas o mais velho rejeita a visão do pai. A partir da sua autorreferencialidade, confiante na própria justiça, ele rejeita não somente o irmão, mas também o pai, pois a lógica do amor e gratuidade não entra na sua cabeça. Vale notar a linguagem diferente do pai e do filho mais velho. O irmão primogênito reclama: “Quando chegou *esse teu filho*, que devorou seus bens com prostitutas, matas para ele o novilho gordo” (v. 30). O linguajar do pai compassivo é bem outro: “Era preciso festejar e nos alegrar, pois *este teu irmão* estava morto e tornou a viver; estava perdido e foi encontrado” (v. 32).

Em que Deus acreditamos?

Todo esse capítulo desafia um tipo de religião que divide a humanidade em “justos” e “injustos”, e que com facilidade cria grupos que “confiam na sua própria justiça e desprezam os outros” (cf. Lc 18,9). Frequentemente essa visão faz com que escondamos o verdadeiro rosto de Deus,

que é compaixão e misericórdia, para substituí-lo com uma projeção de nós mesmos, severos, moralistas, duros com os fracos. Jesus era a presença encarnada do Deus misericordioso e irradiava essa experiência de Deus onde andasse. É importante que cada cristão faça a experiência da misericórdia e compaixão de Deus na sua vida, para depois testemunhar esse verdadeiro Deus nas suas relações diárias. Vale a pena recordar as palavras do Documento de Aparecida: “O discípulo-missionário há de ser um homem ou uma mulher que torna visível o amor misericordioso do Pai, especialmente para os pobres e pecadores” (DA 147). Nisso consiste essencialmente o seguimento de Jesus!

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em grupo:

1. Em clima de oração, partilhe a sua experiência do Deus que é Misericórdia.
2. A nossa comunidade Provincial/local é um espaço da prática de misericórdia? Como melhorar?
3. Como posso ser sinal da presença misericordiosa de Deus no meu dia a dia?

PE. NICOLAU JOÃO BAKKER*

Introdução

Marx dispensa apresentação, mas Piketty, para o público da Igreja em geral, ainda é um tanto desconhecido. Precisamos apresentá-lo brevemente. Trata-se de um economista francês que, em 2013, publicou o surpreendente livro *O capital no século XXI* que, imediatamente, se tornou o *best-seller* do ano. “Um livro fantástico”, observou o Prêmio Nobel americano Paul Kruger. “Extraordinária pesquisa histórica”, acrescentou o conhecido economista brasileiro Antônio Delfim Netto. O famoso diário inglês *The Guardian* não deixou por menos: surgiu “o *rockstar* da economia”, sentenciou.

E nós, religiosos, religiosas, padres, leigos ou leigas da Igreja temos algo a ver com isso? Sim, muito. É a razão do nosso artigo. Assim como Karl Marx, economista do século XIX, teve grande influência sobre o pensar e o agir das diferentes sociedades, assim também Thomas Piketty terá forte influência sobre o pensar e o agir das sociedades nas próximas décadas. Nunca devemos esquecer que o sistema econômico de uma sociedade constitui o “eixo” a partir do qual as engrenagens sociais se movimentam. Todas as instituições de uma sociedade podem ser analisadas a partir deste eixo, inclusive a Igreja, a Vida Religiosa e a Pastoral. Qual a ânsia mais profunda que habita os seres vivos na opinião dos biólogos evolucionistas? Simplesmente: viver, conviver e sobreviver da melhor forma possível! Quando Richard Dawkins escreveu seu livro *O gene egoísta* (1976),

* **Pe. Nicolau João Bakker** é missionário verbista (SVD), formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou sempre na pastoral prática, rural e urbana. Representa a CRB no Conselho Estadual de Proteção a Testemunhas (Pro-vida-SP). Atualmente atua na Paróquia S. Arnaldo Janssen, em Diadema-SP. Além de cartilhas populares, publicou diversos artigos pastorais em: *REB, Vida Pastoral, Verbum, Grande Sinal e Convergência*. **E-mail do autor:** nijlbakker@hotmail.com.

ele deixou claro que, em qualquer espécie viva, os genes egoístas e altruístas se articulam entre si para preservar a “Vida”. Com base nesta ânsia biológica, as sociedades se organizam e “se institucionalizam” para obter êxito. Hoje, a Economia e a Política são as expressões laicas deste anseio humano. As diferentes espiritualidades humanas e as instituições “eclesiais” são sua expressão religiosa. No Concílio Vaticano II, a Igreja se conformou com a direção laica do mundo, mas não deixou de afirmar que a Igreja está aí para indicar o rumo (GS 73-76).

Também a Vida Religiosa está aí para oferecer “vida plena” ao mundo (Jo 10,10). Será que Piketty tem algo a contribuir? Logo mais o veremos. Quanto a Marx, todos sabemos que, fazendo da religião um ópio, ele se tornou, por muito tempo, o inimigo número 1 da Igreja. Hoje, um século e meio depois, o julgamento é, digamos, mais matizado. Não se pode negar que também Marx – como nós – sonhava com o que ele dizia ser o “Homem Novo”. Também ele se batia por uma Nova Sociedade. Como, na época, as espiritualidades reinantes se voltavam quase exclusivamente para o cuidado da alma ou do espírito, Marx tachou a Igreja de alienada... não sem um bocado de razão. Vivesse hoje na América Latina, talvez pudesse ser um companheiro de caminhada. Sua análise econômica (e política), no entanto, foi muito perspicaz. Piketty mostrará alguns equívocos, mas não o supera. Veremos que a ambos faltou entender melhor por que os insignificantes lírios do campo se vestem tão bem.

Qual a análise que Piketty faz do capitalismo?

Durante quinze anos, com diferentes equipes altamente especializadas, Piketty pesquisou, passo a passo, a evolução do capitalismo dos últimos trezentos anos, utilizando para isso as fontes mundiais mais confiáveis. Traz todos os resultados em gráficos e tabelas que, além de muito didáticos, são também muito consistentes. É difícil contestar esses dados objetivos. Como aborda um amplo período histórico,

iremos nós também apresentar a tese de Piketty de acordo com fases históricas específicas, mas, antes, devemos, por algum momento, entrar na sala de aula e aprender com Piketty o que é “renda nacional”. A renda nacional se divide, tradicionalmente, em “renda do capital” e “renda do trabalho”. Quem tem um capital, seja uma terra produtiva, um imóvel, uma fábrica, um equipamento, ou então um capital meramente financeiro, como depósitos bancários, fundos de aposentadoria, ações, juros, títulos públicos ou privados, dividendos, etc., sempre terá a possibilidade de fazer o capital render alguma coisa. Somando a renda anual de todos os proprietários de capital de um país, obteremos a “renda do capital” daquele país. Por outro lado, quem não vive de capital, vive de salário. Somando o valor de todos os trabalhos assalariados (incluindo trabalhos não assalariados), obteremos a “renda do trabalho” do país. Juntando capital e trabalho teremos a “renda nacional” (não incluímos a “renda externa líquida”, por ser em geral insignificante). Muito bem. Vejamos agora o que nos mostram os gráficos de Piketty.

O capitalismo antes da Primeira Guerra Mundial (até 1914)

Piketty mostra que, na época de Marx, e até a Primeira Guerra Mundial, a renda nacional estava extremamente concentrada nas mãos de poucos possuidores de capital. Na Europa em geral, em 1910, o estoque do capital nacional, a preço de mercado, valia a soma de seis a sete anos de renda nacional. Um patamar nunca mais visto. As rendas do capital (exclusivamente) representavam de 35 a 40% da renda nacional, e a renda do trabalho de 60 a 65%. O capital pode ser dividido entre público e privado. No caso, estamos apenas falando do capital privado. Marx não pôde fazer uma análise de longo prazo, mas via muito bem o fortalecimento do capitalismo industrial de seu tempo e o baixíssimo nível dos salários, então estagnados. Se olharmos para a riqueza em geral, incluindo também as heranças recebidas no passado, os 10% mais ricos da população possuíam até 90% da

riqueza total do país (ficando 50 a 60% disto apenas para o centésimo – o “1%” – superior). Resumindo: não existia uma classe média, uma vez que a quase totalidade da riqueza estava nas mãos de poucos abastados.

O capitalismo no tempo das duas Guerras Mundiais (1914-1945)

A partir da Primeira Guerra Mundial, o capitalismo europeu muda, significativamente, de fisionomia. O valor do estoque do capital privado nacional despenca, algo jamais imaginado por K. Marx. Se antes valia entre seis e sete anos de renda nacional, em 1945 valia apenas entre dois e três anos, dependendo do país. O patamar mais baixo da história. A renda do capital que antes representava em torno de 35 a 40% da renda nacional baixou para menos de 20%, e a renda do trabalho subiu de 60 a 65% para quase 80%. Olhando novamente para a riqueza em geral, podemos observar que os 10% mais ricos da população, que antes possuíam até 90% da riqueza total, agora possuem por volta de 75% (o centésimo superior, sozinho, 30%!). O que mais chama a atenção é o valor do estoque do capital nacional, que baixou violentamente. O que aconteceu? Evidentemente, as duas guerras fizeram um grande estrago, mas não foi somente isso. A crise da bolsa de Nova York, em 1929, baixou o valor das ações, a revolução bolchevique (1917) criou insegurança e os sindicatos se tornaram mais fortes. O fator principal, porém, foi o fato de os países introduzirem, na primeira metade do século XX, um forte imposto progressivo sobre a renda. É preciso prestar atenção a este fato, porque é o que, até certo ponto, “controla” o capital (ou o capitalista) de forma permanente, sem interferência dos imprevistos históricos. Resumindo: o capital balançou e o trabalho mostra a cara.

O capitalismo nos “Trinta anos gloriosos” (1945-1975)

Durante quase dois séculos, os economistas (e os políticos) se posicionavam em dois campos opostos: ou se era um liberal, ou se era um marxista. Deu na “guerra fria” da qual

os mais idosos, ou idosas, entre nós ainda se lembram. Não que não houvesse vozes divergentes, mas elas eram pouco ouvidas. Depois da Segunda Guerra Mundial, porém, entre 1945 e 1975, surgiram na Europa – para facilitar a compreensão, ficamos com o exemplo europeu, embora Piketty mostre muitas outras realidades – os assim denominados “Trinta Gloriosos” que deram aos países europeus um novo rosto. Foi quando o capitalismo industrial realmente se generalizou, criando raízes profundas. Se o crescimento anual médio da economia por habitante, normalmente, não passava de 1 ou 2%, nos Trinta Gloriosos alcançou de 3 a 4% (1950-1970). Essa pequenina diferença nos números representa, no longo prazo, uma enormidade em recursos a mais para os países em questão. Novas tecnologias e uma educação generalizada geraram um aumento constante na produtividade, o que possibilitou uma melhor distribuição dos lucros, também fruto de um operariado mais aguerrido. Já vimos que a crise da bolsa de Nova York e as duas guerras mundiais, entre outras razões, ensinaram aos países o caminho do imposto progressivo sobre as rendas. Além do mais, a forte inflação engoliu boa parte das imensas dívidas públicas do pós-guerra. Tudo colaborou para o surgimento do tão falado Well-fare State (Sociedade do Bem-Estar Social) europeu. Para muitos, o capitalismo se tornou, definitivamente, a única proposta séria. Com um pouco de presença do Estado (alguma estatização, impostos progressivos e apoio bancário especial nas crises), tudo estaria resolvido da melhor forma para sempre.

Vejamos o que nos mostram os gráficos de Piketty sobre este período: o valor do capital privado subiu de 2 anos de renda nacional para 2,5 anos de renda nacional; a renda exclusiva do capital na renda nacional sobe para 21% e a renda do trabalho desce para 79%. O décimo superior das altas rendas detinha 75% da riqueza total do país em 1945 e um pouco mais de 60% em 1975. Aparentemente oscilações modestas. Qual então a grande novidade? A novidade é que, nesse período, mesmo se mantendo a renda do trabalho perto dos 80%, houve uma forte diminuição da desigualdade entre os trabalhadores. Veja isto melhor no próximo tópico.

A evolução recente do capitalismo (1975 até hoje)

O capitalismo mundial passou por uma grande “virada” a partir da década de 1970. A Europa em geral entrou num longo processo de estagflação (estagnação + inflação), convencendo muitos economistas (e políticos) que algo estava errado. Criou-se forte ojeriza à presença do Estado na economia. Os governos Thatcher/Reagan introduziram a nova onda neoliberal, com forte redução de impostos e uma liberalização generalizada das restrições ao capital (em especial ao capital financeiro globalizado). Os gráficos de Piketty mostram que, neste novo período, o valor do capital privado sobe de 2,5 para 4 a 6 anos de renda nacional, dependendo do país, com clara tendência de subir ainda mais nas próximas décadas. Nos países desenvolvidos em geral, a renda do capital se estabiliza agora em 30% da renda nacional e a renda do trabalho em 70%. Observa Piketty: “O desenvolvimento de uma verdadeira ‘classe média patrimonial’ constitui a principal transformação estrutural da distribuição da riqueza nos países desenvolvidos no século XX”. E: “Estamos assistindo à volta triunfal do capital privado nos países ricos desde os anos 1970, ou, mais do que isso, ao ressurgimento de um novo capitalismo patrimonial”. Se em 1910 os 10% mais ricos da Europa detinham a quase totalidade da riqueza nacional (até 90%), em 2010, o décimo superior possuía 60% da riqueza total (o centésimo superior, sozinho, 25%!); o grupo do meio quase 35% e os 50% mais pobres algo pouco acima de 5%. Diz Piketty: “A metade inferior da população dos países desenvolvidos é tão pobre hoje quanto era no passado”. Nos Estados Unidos, a desigualdade é ainda maior, ficando os 50% mais pobres com miseráveis 2% (o décimo superior com 72%!).

Falando somente da renda do trabalho, Piketty faz distinção entre desigualdade baixa, média e alta. Como exemplo de desigualdade baixa cita o caso dos países escandinavos de 1970-1980, para desigualdade média a Europa (2010) e para desigualdade alta os EUA (2010). Os resultados são os seguintes: os 10% mais ricos dos países escandinavos recebem 20% da renda do trabalho (o 1% mais rico 5% e os 9% seguintes

15%); na Europa, os 10% mais ricos recebem 25% (o 1% mais rico 7% e os 9% seguintes 18%); nos EUA, os 10% mais ricos recebem 35% (o 1% mais rico 12% e os 9% seguintes 23%). Os 40% do meio recebem 45% nos países escandinavos, 45% na Europa e 40% nos EUA. Os 50% mais pobres recebem 35% nos países escandinavos, 30% na Europa e 25% nos EUA.

Um/a observador/a menos atento/a poderia pensar: se os capitalistas (em geral) ficam com 30% da renda nacional, ainda sobram 70% para quem vive do trabalho. Nada mal! Na verdade, nada mais enganador do que isso. Trata-se sempre de um pequenino grupo de capitalistas que enriquece muito, em oposição a uma imensa maioria que apenas vê o navio passar. Piketty tem o grande mérito de mostrar, com dados convincentes, a grande e crescente disparidade entre os possuidores do capital, como também entre os possuidores dos salários. Em 1987, os bilionários eram cinco em cada cem milhões de habitantes adultos do mundo; em 2013 eram trinta. Estão sentados sobre pilhas e pilhas de dinheiro, investidas frequentemente em especulação financeira sem nenhuma relação com qualquer produção significativa. Nos EUA, um grande grupo, publicamente, fez um apelo ao Presidente Obama para aumentar seus impostos, sinal evidente da anormalidade da situação. No mundo do trabalho, o centésimo ou milésimo superior, em geral executivos das grandes corporações ou “experts” de grandes fundos de investimento, chegam a ganhar facilmente cem vezes mais do que a média salarial do país. Isto sem relação alguma com um suposto (ou alegado) aumento de produtividade útil. O sistema “enlouqueceu”, diz Piketty. A perspectiva de futuro é especialmente alarmante se levarmos em conta que, de 1987 a 2013, as maiores riquezas mundiais cresceram, em média, já descontada a inflação, 6-7% ao ano, contra 2,1% ao ano para a riqueza média mundial por habitante adulto.

Entre Marx e Piketty, com quem ficamos?

No século XIX, o século de Karl Marx, o capitalismo industrial se espalhou por toda a Europa, dando altos lucros

aos capitalistas, enquanto os salários, extremamente baixos, ficaram estagnados. Não é preciso entrar em detalhes, todos sabemos das péssimas condições de trabalho na época. Marx, observador atento da situação, chegou à seguinte conclusão: os capitalistas estão criando os seus próprios co-veiros! A concorrência entre os proprietários do capital os obriga a procurar os mais altos lucros possíveis, e o caminho mais óbvio é baixar os salários o mais que puderem. O resultado final de tudo isso só pode ser um grande confronto entre proprietários e trabalhadores. Mais cedo ou mais tarde ocorrerá a revolução operária e então surgirá uma Nova Sociedade, sem exploração do ser humano. Marx não teve o mesmo privilégio de Piketty de poder fazer uma análise de longo prazo, nem teve às mãos a mesma quantidade de dados objetivos. Percebeu o processo permanente de acumulação do capital mediante os lucros, mas não podia imaginar o aumento permanente da produtividade com sua possibilidade de distribuir os lucros entre faixas cada vez mais amplas da população operária. Marx também não podia prever o surgimento de um Estado Social mediante a aplicação sistemática de impostos progressivos sobre as rendas e a criação de políticas públicas generalizadas.

Em *O capital no século XXI*, Piketty reúne uma quantidade impressionante de dados históricos e elabora uma proposta diferente de Marx. Diz, explicitamente, que muito cedo foi vacinado contra a falácia dos economistas marxistas que, ao invés de partir de dados objetivos, se prendem à ideologia. Não questiona os eventuais altos lucros nem o mercado livre. Pelo contrário, saúda-os como necessários e indispensáveis. Até as desigualdades sociais são bem-vindas, desde que “fundadas na utilidade comum”, conforme a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, da Revolução Francesa (1789). Para o autor, o Iluminismo e a Modernidade deram ao mundo ocidental os valores da democracia (em especial a democracia “meritocrática”) e da justiça social que devem ser prestigiados. Mas como harmonizar o mercado livre e a justiça social no contexto de uma “acumulação infinita” do capital? Esse é o ponto central do livro. Piketty observa que Marx errou

ao falar dos coveiros, uma vez que o capitalismo não entrou em colapso. Muito pelo contrário, está hoje mais forte do que nunca. Mas Marx acertou, ele diz, quando afirma que o capital tende a uma acumulação sem limites. Diversas vezes Piketty faz questão de observar que não existem mecanismos naturais dentro do sistema capitalista que vão na direção de uma superação espontânea das desigualdades. Em seus gráficos encontramos a presença constante de uma “linha em forma de U”: antes da Primeira Guerra Mundial, uma linha reta, lá nas alturas, quando o capital alcança sete anos de renda nacional; em seguida uma forte queda com a vinda da crise da Bolsa, das guerras, do estatismo e dos impostos altamente progressivos; e a partir de 1950 uma nova tendência ascendente com a linha agora já beirando os seis anos de renda nacional. Só existem forças “externas” para controlar a voracidade do capital, afirma Piketty.

É justamente aí que entra sua proposta central de um “imposto progressivo sobre o capital”. O autor lamenta o atual “extremismo meritocrático” e o abandono dos pesados impostos progressivos sobre a renda a partir da introdução da economia neoliberal. Especialmente nos países anglo-saxões, esses impostos chegaram a 90%, justamente os países que agora mais os rejeitam. Além do imposto progressivo sobre as rendas, o autor insiste no aperfeiçoamento do imposto sobre a herança. Particularmente no contexto de uma quase estagnação do crescimento populacional, as heranças recebidas (contra o espírito da democracia meritocrática que valoriza o fruto do trabalho) representam parte crescente da riqueza nacional. Mas Piketty insiste especialmente no imposto progressivo sobre o próprio capital, a fim de impor controle sobre sua acumulação sem fim. O autor reconhece a grande dificuldade de sua aplicação concreta, uma vez que a maior parte do capital não é mais constituída, como antes, de capital imobiliário, mas de um capital financeiro que não obedece a limites geográficos. Uma pesquisa recente indica que em torno de 10% destes ativos se encontram em paraísos fiscais, fora da legalidade. Por isso, Piketty insiste na imperiosa necessidade de uma legislação mundial (ou ao menos leis

continentais), com um cadastro fidedigno das riquezas individuais e declarações de renda dentro da realidade. Tudo isso requer um avanço enorme em gestão democrática, com total transparência, inclusive governamental e bancária.

Quais os dados objetivos que, na opinião do autor, comprovam a acumulação infinita do capital, algo que Marx também defendeu, embora de forma mais intuitiva? Entremos na sala de aula de Piketty mais uma vez. Seu argumento mais comum é definido como “ $r > g$ ”, onde r representa a taxa média do “rendimento” (ou retorno) do capital (antes dos impostos) e g a taxa média de crescimento econômico por habitante. Cada vez que a taxa média de rendimento do capital num determinado país é maior que a taxa média de crescimento econômico por habitante, o capital daquele país se acumula nas mãos dos capitalistas. Pode haver enorme diversidade no rendimento dos diferentes proprietários (e até prejuízos), mas o conjunto dos capitalistas, em média e a longo prazo, aufera uma parte cada vez maior da renda nacional. Qual a força das pesquisas de Piketty? Elas demonstram que, em todos os países e em qualquer época, as taxas médias de rendimento do capital, mesmo descontados os impostos, sempre foram maiores do que as taxas médias do crescimento econômico. Portanto, apenas fatores externos e impostos podem impor um controle ao sistema. O controle mais eficaz, para Piketty, é um imposto progressivo sobre o capital de qualquer origem.

Sobre Jesus e os lírios dos campos

Depois de dialogar exaustivamente com Marx e Piketty, vem agora a incômoda pergunta: e nós com isso? Qual a mensagem que estes autores trazem para a Vida Religiosa, a Igreja, a Pastoral? Iniciemos pelo seguinte ponto: se nossa missão principal, de fato, é “dar vida” ao mundo, e “vida em abundância” como Jesus afirmava, então devemos em primeiro lugar entender o nosso mundo. É preciso saber como ele funciona, o que o faz prosperar e também o que pode causar-lhe dano. Mais acima já falamos que a

economia é o “eixo” do mundo. Não conhecemos o mundo se não conhecemos o eixo que o faz girar. Tudo isso é mais importante ainda se queremos realmente “dar rumo” ao nosso mundo. É o que a Igreja, no seguimento de Jesus, sempre pretendeu fazer, e é o que o Vaticano II pede explicitamente à Igreja e à Vida Religiosa. Na verdade, não somos nós que escolhemos o rumo. Quem dá o rumo é o próprio Jesus Cristo, mediante sua Palavra e seu Espírito.

Mas será que são realmente os economistas que entendem o nosso mundo? Marx, sem dúvida, foi um economista perspicaz que percebeu muito bem com quantos paus se faz uma canoa. Percebeu, principalmente, que quem não tem a madeira não faz canoa alguma. Mas a visão de Marx estava limitada ao olhar do tempo. Piketty mostra alguns dos seus equí-

(a) <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2014.01639.x>

g-12.9 s s(

cor

o2-

Jesus conhecia bem este mundo. O capitalismo é tão antigo quanto o próprio ser humano. Já lembramos dos genes egoístas e altruístas de Richard Dawkins. A “Vida” precisa de ambos para florescer, mas facilmente os genes egoístas atropelam os altruístas. A tradição judaico-cristã começa com a advertência de Moisés: é preciso escolher entre a bênção e a maldição (Dt 11,26-28). Jesus complementa: nesta terra há cabritos e ovelhas. Apenas às ovelhas – os “benditos do Pai” – é oferecida a herança do Reino (Mt 25,31-46). Os lírios do campo estão aí, pequenos e insignificantes, mas, se Deus veste tão bem o que é insignificante, para que se preocupar tanto? Apenas “os gentios deste mundo” têm mania de destruir celeiros e construir maiores. “Não tenhais medo, pequenino rebanho, pois foi do agrado de vosso Pai dar-vos o Reino” (Lc 12,13-32).

É vital para nós – e para o mundo – perceber que Jesus não é o único a levantar esta mensagem. Ele mesmo segue as pegadas dos profetas que o antecederam. As tradições judaica, islâmica e cristã, todas bebem da mesma fonte. Talvez não seja por acaso que ela surgiu quando as primeiras civilizações humanas acumularam riquezas, construindo pirâmides e torres de Babel. Bem cedo Moisés alertou os hebreus para não recaírem nesta maldição. Sim, havia a saudade das cerejas do Egito, mas para que se preocupar tanto e encher a dispensa, se Deus manda o maná da terra todas as manhãs para cada um/a colher à vontade? E a longa lista dos profetas, não estavam todos preocupados com os altares erguidos a deuses estranhos? Javé apenas quer misericórdia, e não sacrifícios. Tomemos a mística judaica, sufi ou cristã; o rumo apontado é um só: a felicidade humana não depende do tamanho do bolso. Melhor nem levar duas túnicas, nem sequer andar de mula, como aconselhava São Francisco. Aliás, todas as místicas do mundo bebem da mesma grande fonte que é a inerente contingência e miserabilidade humanas. Só existe um lugar onde o coração humano pode descansar: em Deus (cf. S. Agostinho). Para aqueles (ou aquelas) que se alimentam de uma fé já mais secularizada poderíamos dizer também: todo ser humano, mesmo o que pensa ter deixado

sua fé para trás, busca, às vezes desesperadamente, um sentido mais profundo para sua existência. Este sentido nunca está ao alcance da mão. Nesta terra são encontradas apenas “ vaidades ” (Ecl 1,1-18). O melhor está sempre no “além”, no Outro, na alteridade. Esta mesma espiritualidade “humana” encontramos também nos mais belos pensamentos de Lao Tsé, mestre original do taoísmo (do “Caminho”) chinês, ou nas diferentes vertentes budistas. Religiosidade não é um privilégio cristão, é o oxigênio que mantém vivas as sociedades.¹

Piketty é um economista generoso, com um bocado de genes altruístas. fTmr36 (s T*(c)11 (h)-29 (i365o)0.4.7 5 (m b)-0.9

narrativo-simbólica do Evangelho. Não entende por que os lírios do campo se vestem tão bem. O mundo ocidental, seja periférico ou central, deixou à margem as religiões, a espiritualidade. Quem cria o mundo, todos os dias, é Deus, e Deus faz isto através do seu Espírito, presente na religiosidade humana (de todas as religiões). Jesus o intuiu muito bem: os frágeis lírios do campo continuarão florescendo apenas quando o mundo abrir espaço para o Reinado de Deus. *O capital no século XXI* nos remeteu à década de 1970, quando, no quarto ano de Ciências Sociais, fizemos nossa pré-especialização em economia, escrevendo uma tese sobre “o PIB e a FIB”: o Produto Interno Bruto é meio; a Felicidade Interna Bruta é fim. Um fim que deve ser respeitado também no decorrer do processo para que as mais profundas utopias humanas (sempre religiosas), um dia, possam tornar-se realidade.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em grupo:

1. Diz o texto que a economia é o “eixo” da vida social. Como você vê esta questão pessoalmente?
2. Piketty faz uma forte crítica ao neoliberalismo econômico. Qual o ponto central de sua argumentação?
3. Para a Igreja em geral, e a Vida Religiosa em particular, qual a mensagem que deve ser priorizada?

Francisco: timoneiro da esperança

O projeto de uma Igreja em saída e suas contradições

PAULO SUESS*

Do centro da Igreja recebemos hoje sinais de esperança, gestos de misericórdia, incentivos de solidariedade e convites de participação na construção de um mundo novo sem violência e de uma Igreja “em saída”, servidora sem medo. Desde a chegada do Papa Francisco (sem desmerecer seus antecessores) vivemos uma nova primavera eclesial, não sem contradições, mas com liberdade de falar, igualdade de ser e possibilidade de participar. O sonho juvenil dos anos 1960 parece realizar-se agora com um Papa que se dirigiu aos voluntários da 28ª Jornada Mundial da Juventude (28/07/2013) pedindo “que sejam revolucionários; eu peço que vocês vão contra a corrente; sim, nisto peço que se rebelem: que se rebelem contra esta cultura do provisório que, no fundo, crê que vocês não são capazes de assumir responsabilidades, crê que vocês não são capazes de amar de verdade”.

O Papa Francisco não participou do Vaticano II (1962-1965), mas se torna cada vez mais o executor dos anseios profundos daquele tempo. Com o peso do seu ministério e com jovialidade franciscana, ele faz uma releitura dos textos, descobre partes até hoje negligenciadas e percebe a necessidade de ler os novos sinais do tempo numa perspectiva pós-conciliar.

Francisco resgata o esquecido e antecipa o novo no horizonte do mundo. Com liberdade aponta para “questões fechadas” pelos seus antecessores e procura brechas nas quais a ortodoxia não marginaliza a misericórdia. É importante que esse “seu” projeto seja acolhido pelo povo de Deus,

* **Paulo Suess** estudou nas Universidades de Munique, Lovaina e Münster, onde se doutorou em Teologia Fundamental. Atualmente é assessor teológico do CIMI e do COMINA, e professor no ciclo de pós-graduação em Missiologia, no ITESP.

não como ruptura, mas em continuidade com a tradição do magistério da Igreja em permanente transformação. Como fontes, que Francisco mais cita para fundamentar seus “voos próprios” com “fidelidade e audácia” (DAp 11) e em harmonia criativa com o dossiê doutrinal do passado, pode-se destacar: o Vaticano II, Paulo VI, Aparecida, o magistério local de conferências episcopais do mundo inteiro e, cada vez mais, o magistério de João Paulo II e Bento XVI.

O projeto e seus sete eixos

O projeto do Papa Francisco é configurado por discursos, gestos e práticas de diálogo. A seguir vou elencar sete eixos desse projeto que realçam uma nova atratividade do Evangelho para o mundo de hoje.

A alegria

O Papa Francisco fez da “Exortação apostólica *Evangelii gaudium*” (EG) um texto programático de seu pontificado, enfocando uma Igreja missionária e transformadora (cf. EG 27). Do “Documento de Aparecida” (DAp), Francisco trouxe o binômio “fidelidade e audácia” para a cátedra de Pedro (DAp 11), que significa abertura “à ação do Espírito Santo” (EG 259). O Espírito, que é Pai dos pobres, convida a Igreja a reconhecer a força salvífica” (EG 198) da vida dos pobres, que “nas suas próprias dores conhecem Cristo sofredor. É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles” (EG 198). E o Papa confessa “que as alegrias mais belas e espontâneas, que vi ao longo da minha vida, são as alegrias de pessoas muito pobres que têm pouco a que se agarrar” (EG 7). Essa alegria é missionária; nos conquista e converte ao Evangelho (cf. EG 21). O despojamento da vida do Papa Francisco, seguindo as pegadas do pobre Jesus do presépio e da cruz, é a fonte de sua alegria contagiante (cf. EG 181). No Evangelho de Francisco não tem lugar para “profetas de desgraças” (EG 84) e “prisioneiros da negatividade” (EG 159).

Também na questão da realidade, Francisco é um discípulo de Aparecida que “faz uso do método ‘ver, julgar e agir’” (DAp 19). A realidade interpela aos cristãos; cobra coerência com os imperativos do Evangelho, que por sua vez exigem “um compromisso com a realidade” (DAp 491). Esse compromisso nos conduz “ao coração do mundo”, onde abraçamos “a realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo” (DAp 148). Anúncio, gestos e práticas simbólicas do Papa Francisco apontam para uma evangelização integral: “Toda autêntica missão unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas as suas necessidades concretas” (DAp 176; cf. EG 88).

Francisco retoma em muitas páginas da EG esse fio condutor da integralidade e assume a teologia indutiva da *Gaudium et spes* (GS), partindo da vida concreta da humanidade, das alegrias e esperanças, das tristezas e angústias, “sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (GS 1). Francisco estimula “ler os sinais dos tempos na realidade atual” (EG 108) e interpretá-los como mensagens que Deus envia a partir do mundo secular à sua Igreja (cf. GS 44,1; *Pacem in terris!*). A encarnação na realidade tem dois desdobramentos, conhecimento e ação: por um lado, a inculturação e a assunção dessa realidade; por outro lado, o discernimento necessário para transformar essa realidade através de “obras de justiça e caridade” (EG 233).

Francisco convida a comunidade missionária com realismo e poesia a “envolver-se”, “acompanhar” e “frutificar” a partir da vida real. Os discípulos missionários tocam “a carne sofredora de Cristo no povo” e “contraem assim o ‘cheiro de ovelha’” (EG 24) e a poeira da estrada: “Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura” (EG 88).

○ encontro

Em uma videomensagem do dia 7 de agosto de 2013, o Papa Francisco pergunta a um interlocutor argentino: “Quando

“você dá uma esmola, olha nos olhos da pessoa a quem você dá a esmola?” – ‘Ah, não sei, não me dou conta disso.’ – ‘Então você não encontrou a pessoa. Você jogou a esmola e foi embora. Quando você dá a esmola, você toca a mão ou joga a moeda?’ – ‘Não, joga a moeda.’ ‘E então não o tocou. E se não o tocou, não o encontrou. Aquilo que Jesus nos ensina, antes de tudo, é encontrar-se e ajudar encontrando’”. Para Francisco, o encontro tem um caráter sacramental.

Nosso “ir ao encontro” abre a porta para que, aquele que foi encontrado por nós, se encontre com Jesus. Nosso “ir ao encontro” é a atitude de deixar Deus, através de nós, “atrair” os fugitivos de sua bondade e verdade. A Igreja deve aceitar essa liberdade incontrolável da Palavra, que é eficaz a seu modo [...], superando as nossas previsões e quebrando os nossos esquemas” (EG 22). A salvação oferecida por Deus “é obra da sua misericórdia. Não há ação humana, por melhor que seja, que nos faça merecer tão grande dom. Por pura graça, Deus atrai-nos para nos unir a si” (EG 112).

A missão

Seguindo Aparecida, o Papa Francisco propõe à Igreja universal constituir-se “em estado permanente de missão” (DAP 551, EG 25) – além-fronteiras e sem fronteiras (cf. EG 11; 25; 27; 32). Na Jornada Mundial da Juventude (Celam, 28.07.2013, n. 3), o Papa explicou duas dimensões da missão: a programática e a paradigmática. “A missão programática [...] consiste na realização de atos de índole missionária” (envio de missionários, orações, coletas). “A missão paradigmática, por sua vez, implica colocar em chave missionária” todas as atividades pastorais das Igrejas.

A missão – “Igreja em saída” (EG 22ss) para as periferias do mundo – pressupõe conversão. A “conversão pastoral” permanente faz parte do “estado permanente de missão”. Francisco sonha com “uma Igreja capaz de redescobrir as entranhas maternas da misericórdia. Sem a misericórdia, poucas possibilidades temos hoje de inserir-nos em um mundo de ‘feridos’, que têm necessidade de compreensão, de perdão, de amor” (CNBB, JMJ, 27/07/2013, n. 4).

A conversão pastoral é concreta, comunitária, revolucionária, radical. Ser radical nos leva à raiz do Evangelho e de volta a Jerusalém: “Nada é mais alto do que o abaixamento da Cruz, porque lá se atinge verdadeiramente a altura do amor!”. Nada é “mais forte que a força escondida na fragilidade do amor” (CNBB, JMJ, 27/07/2013, n. 3).

A misericórdia

A proximidade de Deus misericordioso na vida faz parte da biografia do Papa Francisco e está presente em seu lema episcopal: “Olhou-o com misericórdia e o escolheu” (*miserando atque eligendo*), que resume a ação de Deus em sua vida: “Jesus viu um homem, chamado Mateus, sentado à mesa de pagamento dos impostos, e lhe disse: ‘segue-me’”. É na casa de Mateus, na casa de um marginal social, que Jesus defende a misericórdia para com publicanos e pecadores contra o rigorismo dos fariseus: “Misericórdia é que eu quero, e não sacrifício” (cf. Mt 9,13; Os 6,6).

Foi na festa litúrgica de São Mateus, no dia 21 de setembro de 1954, Dia dos Estudantes e do início da primavera, que Jorge Mario Bergoglio sentiu de um modo especial o chamado misericordioso daquele Deus, que “saiu ao seu encontro e o convidou a segui-lo”. Mais tarde, em sua última entrevista radiofônica antes de ser eleito Papa, diria sobre essa experiência que fez nascer sua vocação sacerdotal: “Deus me priorizou. [...] Senti como que se alguém me agarrasse por dentro e me levasse ao confessionário”.

Com esse lema, Francisco traz um recado para a Igreja que o escolheu: “Nós não podemos podar a misericórdia de Deus com a tesoura do legalismo. Misericórdia, porém, não significa nem autocomplacência com vícios internos da Igreja nem autorreferencialidade com uma espécie de ‘narcisismo teológico’”. A graça do chamado de Deus e sua misericórdia com a fragilidade daquele que foi chamado são o primeiro “Leitmotiv” na vida de Mario Bergoglio. O desafio existe na aceitação do passado. Só pode ser redimido o que foi assumido (cf. Puebla n. 400). Desde Davi, passando por Pedro, Paulo e Agostinho, a missão dos eleitos nunca

acontece por causa de seus méritos, mas por causa da misericórdia de Deus que não dispensa processos permanentes de conversão e discernimento.

O “Ano Santo da Misericórdia” foi iniciado no dia 8 de dezembro de 2015, dia jubilar do encerramento do Concílio Vaticano II (1965). No simbolismo eclesial, essa coincidência do jubileu de ouro do Vaticano II com a abertura da Porta Santa na Basílica de São Pedro como “Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia” nos lembra que o Vaticano II não era um evento que foi encerrado com novas fórmulas e formalismos, mas que continua sendo um processo que precisa passar sempre de novo pela peneira da memória e da porta da misericórdia.

Esquecimento e rigidez pós-conciliares produziram, em muitos momentos, um ponto final do Concílio. Com o Papa Francisco veio uma ventania do Espírito Santo para superar o ponto morto da estagnação e para “dobrar o que endureceu” (cf. Sequência de Pentecostes: “*flecte quod est rigidum*”). A Porta Santa foi aberta para o reencontro com o Concílio e para a missão como saída (cf. EG 20ss) até as periferias do mundo.

O Papa nos lembra de Tomás de Aquino, que afirma: “A misericórdia é a maior de todas as virtudes: ‘É por isso que se diz que é próprio de Deus usar de misericórdia e é, sobretudo nisto, que se manifesta a sua onipotência’” (EG 37). Na misericórdia, Deus se faz pequeno como no presépio e na cruz. Na misericórdia está embutida a gratuidade da diáconia, o perdão permanente, a ruptura com o sistema capitalista na base do binômio custo-benefício e sem misericórdia e a esperança que tem sua raiz na fidelidade de Deus.

A sinodalidade

Durante o Sínodo dos Bispos de 2015 sobre “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo” foi comemorado, no dia 17 de outubro de 2015, o cinquentenário da instituição do Sínodo no final do Vaticano II. Naquele dia, o Papa pronunciou um discurso programático

sobre o espírito da sinodalidade no seu pontificado e “como dimensão constitutiva da Igreja”: “Desde o início do meu ministério como Bispo de Roma, pretendi valorizar o Sínodo, que constitui um dos legados mais preciosos da última sessão conciliar”. Valorizar significa também “aperfeiçoar”, porque nem sempre esses Sínodos até hoje realizados conseguiram cumprir a sua tarefa que, segundo Paulo VI, seria “reprovar a imagem do Concílio Ecumênico e refletir o seu espírito e o seu método” (Paulo VI, *Discurso*, 30/09/1967).

Para sincronizar nossas opiniões divergentes, sentimos nesse Sínodo sobre a Família “a necessidade e a beleza de ‘caminhar juntos’”. Esse caminho sinodal vai forjar “uma Igreja da escuta” recíproca. Cada um de nós “tem algo a aprender. Povo fiel, Colégio Episcopal, Bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo”. Todo o povo participa da função profética de Cristo. “O que se refere a todos, de todos deve ser tratado” (cf. LG 12). Nesta questão, o Papa Francisco já marcou a sua posição na Exortação *Evangelii gaudium*, alertando para uma participação mais partilhada na Igreja: “Não se deve esperar do magistério papal uma palavra definitiva ou completa sobre todas as questões que dizem respeito à Igreja e ao mundo. Não convém que o Papa substitua os episcopados locais no discernimento de todas as problemáticas que sobressaem nos seus territórios. Neste sentido, sinto a necessidade de proceder a uma salutar ‘descentralização’”.

Por causa dessa convicção, o Papa queria “que o Povo de Deus fosse consultado na preparação do duplo encontro sinodal sobre a família”. [...] “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”. Hoje, o mundo invoca “participação, solidariedade e transparência na administração”. O caminhar junto da Igreja poderia ajudar a sociedade civil “a edificar-se na justiça e na fraternidade”. No final do Sínodo, muitos setores do povo de Deus lamentaram os esparsos resultados nas proposições finais. Já na *Evangelii gaudium* o Papa advertiu: quantos não aceitam “a custosa evolução dos processos e querem que tudo caia do Céu” (EG 82)!

A inovação desse Sínodo não estava na reformulação doutrinária, mas na assunção do princípio da sinodalidade. Onde o Papa poderia interferir, graças à sua autoridade ministerial, ele não interferiu. A sinodalidade, quer dizer, o princípio da participação na construção do caminho comum, só pode ter resultados a longo prazo, desde que seja também assumido na escolha dos bispos e na administração das Igrejas locais.

Ecologia integral (LS)

Depois de dirigir-se, na Exortação apostólica *Evangelii gaudium*, aos membros da Igreja, na Encíclica “*Laudato Si*” sobre o cuidado da casa comum”, o Papa Francisco entra em diálogo com toda a humanidade sobre o futuro do planeta Terra. Séculos atrás, os ricos eram ameaçados pela revolta dos pobres e as revoluções dos oprimidos. Hoje, ricos e pobres são ameaçados pela revolta do planeta Terra. “O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto” (LS 48) e exigem uma “ecologia integral” (LS 137ss).

Os ricos precisam solidarizar-se com os pobres num novo estilo de vida e adotar um outro modelo de desenvolvimento para em conjunto, então, partilhar os bens da terra e tornar sua qualidade de vida sustentável para todos. Somente uma “ecologia humana” (LS 5, 148, 152, 155s), que antes de tudo deve ser uma “ecologia integral” (LS, cap. IV), pode frear a degradação socioambiental e climática. Ela exige “conversão ecológica” (LS 5, 216-221) e a globalização da responsabilidade. A reflexão ecológica aprofunda e amplia as questões sociais e a opção pelos pobres: “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (LS 139). A ameaça da crise única pode acelerar um novo contrato socioambiental da humanidade.

Os sete eixos (alegria, realidade, encontro, missão, misericórdia, sinodalidade, ecologia integral) do projeto de Francisco apontam para uma Igreja-caminhão que ainda carrega fardos desnecessários e lixo que se acumularam no decorrer dos séculos: pessimismo, desconhecimento da realidade, desencontros, eclesiocentrismo, rigidez, autoritarismo, autorreferencialidade etc. Talvez não exista esse caminhão

com sete eixos. Talvez seja melhor falar em sinais que apontam para um processo de purificação da Igreja. Podemos compreender os eixos do projeto de Francisco como sacramentos, sinais salvíficos da presença de Deus, do seu perdão, acolhimento e envio.

O projeto e seus obstáculos

A Igreja “em saída” encontra obstáculos previsíveis. O Papa Francisco prefere “uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. [...] Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta” (EG 49). A Igreja “enlameada” pelo encontro com os sobreviventes das lutas sociais não está em contradição com a Igreja imaculada. É a Igreja dos mártires que vem da grande tribulação e que lavou “as suas vestes no sangue do Cordeiro” (Ap 7,14). A saída exige “prudência e audácia” (EG 47), “coragem” (EG 33, 167, 194) e “ousadia” (EG 85, 129). Audácia, coragem e ousadia podem ser prudentes? O Papa responde: “Ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa” (EG 24)!

Imperativos de vigilância

Nos imperativos da EG percebem-se resistências internas à “Igreja em saída”. A quem se dirige o Papa Francisco ao nomear essas tensões ou para estimular sua própria vigilância? Com quem pode contar nessa luta *ad intra*? Lobos e ladrões parecem ameaçá-lo quando pede:

- “Não deixemos que roubem nosso entusiasmo missionário!” (EG 80).
- “Não deixemos que nos roubem a alegria da evangelização!” (EG 83).
- “Não deixemos que nos roubem a esperança!” (EG 86).

- “Não deixemos que nos roubem a comunidade!” (EG 92).
- “Não deixemos que nos roubem o Evangelho!” (EG 97).
- “Não deixemos que nos roubem o ideal do amor fraterno!” (EG 101).
- “Não deixemos que nos roubem a força missionária!” (EG 109).

Quem ameaça o Evangelho, a alegria da evangelização, a esperança, o amor fraterno, a comunidade, a força e o entusiasmo missionários? Quem são os inimigos internos da Igreja?

Francisco assume a reestruturação da missão do DAp e aponta para uma metodologia com cinco pilares que marcam a pastoral em chave missionária (EG 33ss):

- (a) *abandonar* o cômodo critério pastoral: “fez-se sempre assim” (33), que exige que todos sejam “ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades” (EG 33);
- (b) “*ouvir* a todos”, que, às vezes, exige caminhar “à frente para indicar a estrada e sustentar a esperança do povo” (EG 31); outras vezes é mais indicado manter-se “no meio de todos com a sua proximidade simples e misericordiosa, e, em certas circunstâncias, se deverá caminhar atrás do povo, para ajudar aqueles que se atrasaram e, sobretudo, porque o próprio rebanho possui o olfato para encontrar novas estradas” (EG 31);
- (c) “*sair* de si ao encontro do outro” (cf. 179) aponta para uma Igreja missionária, uma Igreja “em saída”. Ela aprendeu essa saída de figuras bíblicas, como Abraão e Moisés, de profetas e apóstolos. “Naquele ‘ide’ de Jesus, [...] todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG 20, cf. 30). “A Igreja ‘em saída’ é uma Igreja com as portas abertas” (EG 46) e despojada. A missão é o antídoto da mundanidade espiritual que cultiva “o cuidado da aparência” e se coloca num círculo de giz da autorreferencialidade (cf.

EG 8, 94, 95). A autorreferencialidade é o oposto da “*alter-referencialidade*”, que põe os interesses de Jesus Cristo na frente dos próprios interesses (Fl 2, 21; cf. EG 93).

- (d) *encarnar-se* (inculturar-se) no universo do outro, porque nele “está o prolongamento permanente da Encarnação para cada um de nós” (EG 179). Está na lógica da encarnação na diversidade cultural pensar o cristianismo pluricultural.
- (e) Quando a pastoral assume a prioridade da missão, “o anúncio *concentra-se no essencial*, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário” (EG 35). “Por que complicar o que é tão simples? As elaborações conceituais hão de favorecer o contato com a realidade que pretendem explicar, e não afastar-nos dela” (EG 194).

Nos verbos acima mencionados encontram-se os imperativos missiológicos:

- no “abandonar” será enfrentado o *desafio do tradicionalismo* e do “apegar-se” ao sobrepeso de *culturas hegemônicas*;
- no “ouvir” será contestado o desafio do *autoritarismo*, que é incapaz de ouvir os outros, e a reserva contra a participação do povo de Deus;
- no “sair” será invocada a abertura de portas, caminhos e novos estilos de encontro;
- no “encarnar-se” será desafiado o colonialismo que impõe o próprio como normativo e trata o outro como tutelado;
- no “concentrar-se” ao essencial, a Igreja vai ao encontro do povo simples, contestando atitudes que procuram substituir o Evangelho pela Lei e que fazem do direito canônico e do conhecimento de todos os meandros doutrinários os pré-requisitos preferenciais para a escolha dos seus quadros de comando.

Contradições no Sínodo

No Sínodo dos Bispos reunidos na XIV Assembleia Geral Ordinária, sobre “A vocação e a missão da família na

Igreja e no mundo contemporâneo”, mostrou-se a contradição entre a Eucaristia “alimento para os fracos” e mediadora da graça, e uma compreensão da participação na mesa eucarística que já pressupõe o estado de graça. Resumidamente: os divorciados que vivem em segundo casamento podem comungar ou não? A demonstração teológica que a comunhão nessas circunstâncias não significa abrir mão da indissolubilidade do sacramento matrimonial, mas sim o reconhecimento da vulnerabilidade desse sacramento, ainda não encontrou um consenso eclesial.

Em seu discurso de encerramento (24/10/2015) do Sínodo, o Papa Francisco se referiu, delicadamente, a essas discordâncias, criticando a “hermenêutica conspiradora”, “a perspectiva fechada” e “métodos não inteiramente benévolos”. Trata-se de modelos eclesiais quase opostos. Diante da ameaça de uma cisma, o Papa Francisco e o setor eclesial que ele representa são obrigados a recuos estratégicos.

Thomas Münzer

Quem são esses assaltantes e ladrões que querem roubar as dádivas da nossa fé? Quem são os que se opõem a uma “Igreja em saída”? Às vezes, o Papa parece ser prisioneiro da própria instituição que representa. Friedrich Engels lamenta a sorte de um líder de um movimento revolucionário, como a do teólogo da revolução Thomas Münzer (1490–1525), cuja consciência é mais avançada do que a do povo que representa: “O pior que pode acontecer [...] é ser forçado a encarregar-se do governo num momento em que o movimento ainda não amadureceu suficientemente [...]. O que ele pode fazer contradiz seus princípios [...], o que ele deve fazer, é impossível de realizar. [...] Quem chega nessa situação, está irremediavelmente perdido”.¹ A fragilidade do Papa Francisco, provavelmente, está em sua pertença a dois setores que ele representa: o povo simples e desorganizado, que tem pouca representatividade na Igreja; mas também o setor ao qual ele mesmo pertence, na hierarquia integrada em estruturas cristalizadas. Dos trilhos de representação (do povo de Deus) e pertença (à estrutura hierárquica) que

1 Cf. ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. Lisboa: Editorial Presença, 1975, p. 142s.

deveriam, no sonho de Francisco, dar sustento ao monotrilha de uma “Igreja pobre para os pobres” (EG 198), ou, melhor, para uma “Igreja pobre dos pobres”, emergem contradições, conveniências, opções pelo mal menor.

Pedido de perdão na Bolívia

Em seu discurso aos movimentos populares na Bolívia, no dia 9 de julho de 2015, o Papa Francisco pediu perdão aos povos indígenas pelos “muitos e graves pecados contra os povos nativos da América, em nome de Deus”. O Papa pede “humildemente perdão, não só para as ofensas da própria Igreja, mas também para os crimes contra os povos nativos durante a chamada conquista da América” (cf. Vaticano, 09/07/2015, n. 3.2.).

Ao pedido de perdão segue, como é costume em documentos que passaram pela “revisão” curial, um “porém” sobre a graça que superabundou na desgraça, um autoelogio eclesial sobre “tantos bispos, sacerdotes e leigos que pregaram e pregam a Boa-Nova de Jesus com coragem e mansidão”. Estes arautos da evangelização, segundo o mesmo discurso de Francisco, “deixaram impressionantes obras de promoção humana e de amor, pondo-se muitas vezes ao lado dos povos indígenas ou acompanhando os próprios movimentos populares mesmo até ao martírio”, não sem lembrar que “a nossa fé é revolucionária, porque a nossa fé desafia a tirania do ídolo dinheiro”.

No descompasso do “pedido de perdão” ao lado da “autorreferencialidade”, colocando lado a lado posturas da teologia e pastoral da libertação do século XX e “impressionantes obras de promoção” do século XVIII, que fizeram os índios trabalhar no regime da encomenda colonial, percebe-se que o Papa permitiu enxertos em seu discurso que o enfraqueceram profundamente. A teologia colonial considerou os índios não como sujeitos de culturas, mas como objetos da natureza e por isso os chamou de “*los naturales*”. O dominicano Bartolomé de las Casas documentou as crueldades genocidas dessa conquista. Sua luta contra a exploração da força de trabalho dos índios e a de Antonio Montesinos foram lutas solitárias.²

2 LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição das Índias: o paraíso destruído*. Porto Alegre: L&PM, 1984. SUESS, Paulo (org.). *Conquista espiritual da América Espanhola: 200 documentos – Século XVI*. Petrópolis: Vozes, 1992. Cf. os Documentos n. 57-60

Ao pedido de perdão na Bolívia, acompanhado pelo aplauso dos índios presentes no evento, segue, sob o protesto de muitos indígenas dos Estados Unidos e do México, a canonização de Frei Junípero Serra, no dia 23 de setembro, em Washington.

Quem era o franciscano Junípero (1713-1784) e a quem serve sua canonização? Filho de pequenos agricultores, nasceu em Petra, na ilha Maiorca. Tornou-se franciscano e chegou a lecionar teologia na Universidade de Palma. Em 1749, Junípero chega com 20 frades no Vice-Reino da Nova Espanha (México). Depois da expulsão dos jesuítas da Nova Espanha (1767/68) por Carlos III, os franciscanos assumem, sob a responsabilidade de Junípero Serra, o cuidado dos indígenas na península Baixa Califórnia, que na época ainda pertencia ao império da Espanha. Os frades percorreram os vastos territórios de presença indígena, ergueram capelas e cabanas, convidaram os índios a morarem perto para poder ensiná-los catequese e fixá-los à terra através de noções de agricultura e pecuária. Os confrades de Junípero se tornam fundadores de uma vasta rede de missões nas quais os índios, progressivamente, passaram de donos da terra para inquilinos das missões onde eram forçados a ficar e trabalhar. Quem fugiu, foi trazido de volta por soldados e castigado.

Hoje, os índios falam de “atrocidades”, “etnocídio” e “mitologia das missões”, criada pelos não indígenas da elite católica regional, que propulsionou a canonização de Junípero Serra. Andrew Galvan, historiador e curador da “Missão Dolores”, fundada por Junípero em 1776, pergunta: “Se eu sei o que aconteceu com os meus antepassados, como posso ser devoto de Junípero Serra?”. E Galvan cita uma carta “na qual o padre Serra ordenava chicotadas para os índios desobedientes”.³

Desde que o Papa Bento XVI, por ocasião da beatificação de João Paulo II, esclareceu que a pessoa beatificada ou canonizada necessita ter vivido apenas uma virtude heroicamente, não precisamos discutir a santidade de Junípero que, certamente, mais que uma virtude, viveu heroicamente. O que precisa ser discutido é a oportunidade de

3 “Índios dos EUA levantam dúvidas sobre a santidade de Junípero Serra”, reportagem de Carol Pogash (*The New York Times*, 21/01/2015), republicada em *IHU*, Notícias, 23/01/2015. Cf. tb. a entrevista de Thomas Reese com Roberto Senkewicz: “Junípero Serra, santo ou não?”, in: *National Catholic Reporter* (15/05/2015), republicada por *IHU*, Notícias, 28/05/2015..

sua canonização. Muitos dos “Santos Padres”, por exemplo Agostinho e Ambrósio, hoje, seguramente, não seriam mais canonizados devido a muitos dos seus sermões e atitudes antijudaicas.

Portanto, a pergunta correta no contexto da canonização de Junípero é: *Cui bono* (A quem beneficia)? Um Santo Junípero vai fortalecer as lutas dos povos indígenas hoje ou vai legitimar o paternalismo e autoritarismo dos seus tutores e enfraquecer as lutas dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus direitos, de suas culturas e por sua autodeterminação?

Condor ou avestruz?

Depois de um longo inverno eclesial, o Papa Francisco foi eleito para devolver à Igreja a esperança da primavera. O Papa dos Pampas Argentinos nos falou, em muitas ocasiões, do óbvio, dos vícios burocráticos enraizados, de doutrinas cristalizadas e da necessidade de mudanças. As mudanças climáticas de agora exigem inovações práticas. Com quem ele pode fazer essas reformas?

Francisco vive uma solidão institucional muito grande. Seus críticos na Cúria já não falam mais em *off*, mas em público, como o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que numa entrevista ao periódico *La Croix*, no início de abril, declarou que sua Congregação deve dar a devida “estruturação teológica” ao magistério do Papa Francisco. Em qualquer repartição pública esse funcionário seria imediatamente afastado.

A força deste pontificado está no apoio popular e no reconhecimento da sociedade civil mundial, conquistados pelos gestos simbólicos e reais, humanos e evangélicos, pela linguagem simples e direta e o horizonte pastoral relevante para toda a humanidade. Francisco restabeleceu o primado da pastoral sobre a teologia, não contra a teologia. A teologia permanece pano de fundo, *ancilla Domini*, serve do Senhor.

Quantas vezes Francisco deve ter repetido o diálogo entre a estátua de bronze de Pedro, que se encontra na Basílica de São Pedro, e o Senhor, escrito pelo poeta espanhol Rafael Alberti:

*Diz, Jesus Cristo,
por que me beijam tanto os pés?
Sou São Pedro aqui sentado,
em bronze imobilizado,
não posso olhar para o lado
nem dar um pontapé,
pois tenho os pés
gastados, como vês.
Faz um milagre, Senhor!
Deixa-me descer ao rio,
voltar a ser pescador [...].*

Como um condor, em voo livre, Francisco desceu dos Andes latino-americanos e pousou nas colinas de Roma, onde se encontrou com avestruzes que não sabem voar. Quando aparecem dificuldades, eles correm ou escondem sua cabeça na areia.

Em seu discurso final, no último dia do Sínodo (24/10/2015), o Papa se refere à essa “cabeça na areia” de sinodais e colaboradores curiais: precisamos abordar as dificuldades, disse o Papa “sem medo e sem esconder a cabeça na areia”.

A metáfora explica muitas dificuldades de Francisco, e ele nos pergunta: “Como posso trabalhar com avestruzes, que não sabem voar, que correm na hora do perigo e escondem a cabeça na areia?”. “Como posso trabalhar com gente sem sonhos e consciências anestesiadas? Com colaboradores que têm medo de tudo e procuram a sua salvação na fuga? Com um clero que não quer ver as realidades e põe a cabeça na areia?”

O paradigma da “Igreja em saída” não é uma receita nem aponta para um aplicativo virtual. É um horizonte que nos faz caminhar de esperança em esperança, em meio a pedras e sonhos.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em grupo:

1. Como se pode reconstruir um Plano Pastoral ou Estatutos Congregacionais a partir dos sete eixos do projeto do Papa Francisco?
2. Quais são as causas das contradições que permeiam o projeto de uma Igreja em saída?
3. Quais são os benefícios da “sinodalidade” para a Igreja universal e quais são as resistências e eventuais prejuízos? Qual é o caminho que a coerência com o Evangelho nos indica e por quê?